

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: MANUAL DE APOIO PARA DOCENTES

POLITÉCNICO DE LEIRIA

2021

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: MANUAL DE APOIO PARA DOCENTES

Ana Patrícia Pereira, Graça Seco, Luis Filipe, Sandra Alves
com a colaboração de Manuela Francisco e Norberto Sousa

Serviço de Apoio ao Estudante

100%IN®

Politécnico de Leiria

2021

FICHA TÉCNICA

1ª edição 2014

2ª edição 2021

ÍNDICE

Índice	4
Índice de tabelas	5
Introdução	6
Parte I: Enquadramento e serviços disponíveis	8
1. A educação inclusiva	10
1.1 Necessidades Educativas Especiais	13
1.2 Regulamento do Politécnico de Leiria	15
1.2.1 O estatuto de estudante com necessidades educativas especiais	16
1.2.2 Aspetos mais relevantes do Estatuto	23
2. Projeto 100%IN®	25
2.1. Gestor de caso	26
2.2. Cartão de Horas de Apoio	26
2.3. Hackathon 100%IN®	27
2.4. Buddy 100%IN®	28
3. Serviços disponíveis	30
3.1. Serviços de Documentação.....	30
3.2. Centro de Recursos para a Inclusão Digital.....	30
3.3. Serviço de Apoio ao Estudante	30
3.4. Serviços de Ação Social.....	31
3.5. Unidade de Ensino à Distância.....	31
3.6. Direção dos Serviços Académicos.....	31
3.7. Direção de Serviços Informáticos	31
3.8. Serviços Técnicos	32
3.9. iACT - Inclusão e Acessibilidade em Ação	32
4. Ética e Confidencialidade	32
5. Orientações Gerais para o apoio	34
6. O papel do docente	35
6.1. Orientações gerais- o apoio individualizado dos docentes aos ENEE	36
6.2. Atitudes a evitar.....	37
Parte II - NEE: conhecer para intervir	38
1. Deficiência músculo-esquelética	40
1.1. Principais dificuldades na sala de aula	41
1.2.3 O que fazer?	41
2. Deficiência Visual	44
2.1. O que fazer?.....	44
2.1.1. Estratégias de organização e gestão da sala de aula	44
2.1.2. Dicas para adaptar os materiais de trabalho.....	45
3. Deficiência Auditiva	47
3.1. O que fazer?.....	47
3.1.1. Se o estudante não o entender:	48
3.1.2. Aulas	49
3.1.3. Trabalho de Grupo	50
3.1.4. Avaliação	50
3.2. Intérpretes de Língua Gestual.....	51
4. Perturbação da Aprendizagem Específica	53
4.1. Dislexia.....	53
4.1.1. Dificuldades na leitura.....	55
4.1.2. Estratégias	55
4.2. Disortografia e disgrafia.....	56
4.2.1. Estratégias	56
4.3. Discalculia	57
4.3.1. Estratégias	57
4.4. Estratégias comuns.....	58
5. Perturbação do Espectro do autismo	60

5.1.	Estratégias	62
5.2.	Como lidar com crises.....	63
6.	Perturbação de Hiperatividade / Défice de Atenção (PHDA)	65
6.1.	Estratégias	66
7.	Problemas de saúde mental.....	68
7.1.	Esquizofrenia e psicose.....	69
7.1.1.	Estratégias	71
7.2.	Estados depressivos.....	71
7.2.1.	Estratégias	72
7.3.	Ansiedade	72
7.3.1.	Identificar a sua gravidade	73
7.3.2.	Estratégias	74
7.3.3.	Exemplo de exercício de meditação/relaxamento	75
7.4.	Perturbação de adaptação.....	76
7.4.1.	Estratégias	76
7.4.2.	Gerir problemas de comportamento	77
8.	Doença física ou outra condição	80
Parte III - Acessibilidade		81
1.	Produzir documentos acessíveis	83
1.1.	Elaboração de páginas na internet	83
1.2.	Elaboração de documentos escritos	84
1.3.	Especificações para folhas de cálculo	85
1.4.	Especificações para apresentações.....	85
1.5.	Especificações para documentos em PDF (Portable Document Format).....	86
Contactos de alguns serviços.....		87
Bibliografia		88

Índice de tabelas

Tabela 1- Tipos e graus de deficiência	40
Tabela 2 – Quadro com ligações de internet com interesse sobre deficiências.....	43
Tabela 3 – Quadro com ligações de internet com interesse sobre deficiência visual	46
Tabela 4 – Quadro com níveis de decibéis do limiar da audição para cada grau de surdez.....	47
Tabela 5 – Quadro com sítios de interesse na internet sobre deficiência auditiva	52
Tabela 6 - Quadro com sítios de interesse na internet sobre dislexia	59

INTRODUÇÃO

A 1.ª edição do Manual Necessidades Educativas Especiais na sua versão para docentes foi elaborada em 2014 (formato digital e acessível), tendo como objetivo ajudar os docentes do Ensino Superior a lidarem com um conjunto crescente de Estudantes com Necessidades Educativas Especiais (ENEE). Após a aprovação do novo Regulamento de Estatutos Especiais do Politécnico de Leiria tornou-se necessário atualizar este manual, aproveitando-se a oportunidade para complementar a informação disponível.

Nas últimas duas décadas, o Politécnico de Leiria tem vindo a desenvolver esforços no sentido de dar resposta às necessidades dos ENEE, dispondo de um conjunto de recursos e Serviços que têm como principal objetivo promover a sua inclusão e igualdade de oportunidades, contribuindo para o seu sucesso e bem-estar. Mais recentemente, em 2018/19 foi implementado pelo Politécnico de Leiria, em colaboração com o Instituto Padre António Vieira (IPAV), o Projeto 100%IN®, projeto de inovação social e inclusão integral, hoje marca registada.

De salientar o trabalho em articulação que tem vindo a ser desenvolvido, de há uns anos a esta parte, com o Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (GTAEDDES, acessível em <https://www.gtaedes.pt/>), que tem como objetivo proporcionar um serviço de melhor qualidade a estes utilizadores e a Rede de Serviços de Apoio Psicológico no Ensino Superior (RESAPES-AP em <http://resapes.pt/>), que tem como missão a promoção de atividades relacionadas com o apoio psicológico e psicopedagógico dos estudantes do ensino superior.

Nesta 2.ª Edição do Manual para Docentes, pretendemos incluir as alterações do Regulamento dos Estatutos Especiais Aplicáveis aos Estudantes do Politécnico de Leiria de 12 de fevereiro de 2020 e de 15 de novembro de 2017. Assim, para além da apresentação do Regulamento e dos apoios e serviços promotores de inclusão disponibilizados pelo Politécnico de Leiria, pretendemos apresentar uma breve

contextualização teórica e sistematizar algumas estratégias e sugestões para que os professores possam lidar o mais adequadamente com os ENEE.

Este manual enquadra-se numa das recomendações do Grupo de Trabalho para as Necessidades Especiais na Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (GT-NECTES), que aponta no seu relatório de 2017 para a importância *“da elaboração de um manual de boas práticas a disponibilizar às IES que torne mais claro a adequação dos planos curriculares e das práticas pedagógicas a estudantes com necessidades especiais.”*¹

O capítulo relativo à produção de documentos acessíveis é da responsabilidade de Manuela Francisco e Norberto Sousa, a quem agradecemos a colaboração.

¹ <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=50f006ee-9f56-4348-8675-60d2e536544f>

PARTE I: ENQUADRAMENTO E SERVIÇOS DISPONÍVEIS

As Necessidades Educativas Especiais (NEE) apresentam diversos desafios a quem trabalha no contexto do Ensino Superior, começando pela informação disponível a docentes e técnicos, estratégias de intervenção, bem como de respostas institucionais de forma a integrar e contribuir positivamente para a inclusão de todos/as os/as estudantes.

O Politécnico de Leiria disponibiliza, aos seus estudantes e funcionários, um conjunto de ferramentas e serviços para apoio à diversa atividade da instituição, nomeadamente no que diz respeito aos estudantes com NEE.

Para além dos vários serviços existentes, mais recentemente foi criado um projeto que pretende abranger todos os estudantes com este estatuto, o 100%IN®, que aqui será apresentado com um pouco mais de destaque, seguindo-se uma listagem de diversos serviços do Politécnico de Leiria que têm desenvolvido um trabalho importante na área da inclusão.

A ética é essencial no apoio a estudantes com algum tipo de limitação ou dificuldade, não só para respeitar a sua privacidade como também a sua autonomia e capacidade de decisão. Assim, são aqui elencados alguns princípios que devem ser tidos em consideração face a qualquer tipo de intervenção, sendo complementados com algumas orientações gerais para o apoio.

Por fim, no que diz respeito aos apoios disponíveis, é apresentado um ponto específico sobre o papel dos docentes, dando algumas ideias e propostas de atuação.

1. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Enquanto membro das Nações Unidas, Portugal defende os princípios básicos orientadores para a proteção da vida humana e da sua dignidade. *“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”* (art.º 1, Declaração Universal dos Direitos Humanos). Nesta sequência, considera que *“toda a pessoa tem direito à educação (...); o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito* (art.º 26º, ponto 3, Declaração Universal dos Direitos Humanos²).

No mesmo sentido, no âmbito do Protocolo Adicional à Convenção de Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (de 20 de março de 1952), a União Europeia prevê o Direito à instrução, sublinhando no seu Art.º 2: *“A ninguém pode ser negado o direito à instrução. O Estado, no exercício das funções que tem de assumir no campo da educação e do ensino, respeitará o direito dos pais a assegurar aquela educação e ensino consoante as suas convicções religiosas e filosóficas.”*³

A *“inclusão é o processo que ajuda a superar barreiras que limitam a presença, participação e conquistas dos estudantes”*⁴, e equidade *“é garantir que existe uma preocupação com justiça/processos justos, de modo que a educação de todos os estudantes seja considerada como de igual importância”*. O Conselho Nacional de Educação, embora centrado no percurso até ao Ensino Superior, sublinha ainda que a Inclusão *“é o processo que visa responder à diversidade das necessidades, de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação na aprendizagem, na cultura escolar e na comunidade educativa e refere-se à apropriação de instrumentos (por exemplo, comunicação, interação social,*

² https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf

³ https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf

⁴ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508>

*instrumentos simbólicos) que permitam a todos a participação e o sentido de pertença a diferentes comunidades em efetivas condições de equidade*⁵.

Assim, a inclusão com um processo de ajustamento e resposta à diversidade de necessidades de todas as crianças, jovens e adultos, envolve adaptações e mudanças no conteúdo, nas abordagens, nas estruturas e nas estratégias (UNESCO, 2009). É uma resposta a problemas identificados na sociedade que exigem medidas ajustadas, assentes no respeito pela diversidade, de forma a apoiar qualquer indivíduo a preparar-se para uma cidadania e uma vida livres e ativas (EASNIE, 2017).

A inclusão torna-se uma obrigação do Estado, de forma a garantir que qualquer pessoa, independentemente das suas características, possa atingir sucesso pessoal. Uma das formas de promover a inclusão é através da intervenção na educação, ou seja, da educação inclusiva que pretende defender o direito de todos os alunos a desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como a apropriarem-se das competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, planeada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características (Freire, 2008). Promove a cidadania e os valores comuns dos direitos humanos, liberdade, tolerância e não-discriminação através da educação, recorrendo a novas estratégias e práticas dirigidas a pessoas com necessidades especiais (EASNIE, 2017).

A educação inclusiva abrange três dimensões: uma mais macro, da responsabilidade do Estado; uma meso, que abrange a comunidade em que o indivíduo se insere e, uma micro que representa a dimensão individual do próprio indivíduo (Garcia, 2017).

Num nível macro, a educação inclusiva é assumida como um compromisso do Estado português, um processo que visa responder à diversidade de necessidades dos alunos, através do aumento da participação de todos na aprendizagem e na vida da comunidade escolar. Esta inclusão constitui um dos objetivos do

⁵ https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/pareceres/Parecer_Educacao_Inclusiva.pdf

desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU⁶, nomeadamente no âmbito do seu quarto objetivo que afirma querer “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Como tal, é importante reconhecer a mais-valia da diversidade dos estudantes, encontrando formas de lidar com as diferenças, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada um/a. A legislação em vigor procura garantir que cada estudante consiga atingir um perfil adequado à saída da escolaridade obrigatória, ainda que através de percursos diferenciados, e assente num processo de avaliação que considere aspetos académicos, comportamentais, sociais e emocionais, mas também fatores ambientais. Deste modo, a um nível meso, o ensino superior deve dar continuidade a esta educação inclusiva, procurando conhecer os seus estudantes e encontrando medidas que lhes permitam alcançar sucesso académico.

A um nível micro, mais pessoal, a inclusão deve servir para acolher a diversidade, não só através de uma postura pessoal para lidar e aceitar a diferença, enquadrada por uma ideia partilhada pela sociedade que defende a necessidade de incluir quem não está dentro de um padrão de normalidade (Mangas, Freire & Francisco, 2015).

De acordo com Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (2018), a inclusão de pessoas com necessidades especiais junto dos restantes estudantes, disponibilizando as ferramentas necessárias, promove a inclusão social, o emprego e maior satisfação geral com a vida. Promover a segregação reduz as oportunidades de inclusão social, quer a curto prazo (enquanto as crianças com deficiências frequentam a escola), quer a longo prazo (após a conclusão do ensino secundário). Frequentar um contexto especial está correlacionado com baixas qualificações académicas e profissionais, emprego em centros de atividades ocupacionais, dependência financeira, menos oportunidades para viver de forma independente e núcleos sociais insuficientes após a conclusão da escolaridade.

⁶ <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>

1.1 Necessidades Educativas Especiais

O conceito de Necessidade Educativa Especial (NEE) foi adotado a partir da Declaração de Salamanca, uma resolução das Nações Unidas de 1994, que sistematiza os princípios, políticas e práticas em educação especial, procurando integrar as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Esta definição engloba *todos aqueles que se encontrem em desvantagem, devido a deficiência, problemas de saúde mental ou de aprendizagem, sobredotação, crianças de rua ou em situação de risco, que pertençam a minorias étnicas ou culturais, ou outras* (Correia, 2003). Assim, este conceito reforça a necessidade de se criarem condições que permitam a inclusão destes indivíduos num processo de aprendizagem acessível e universal.

Os recursos de apoio a estudantes com necessidades especiais assumem maior importância quando se sabe que estes têm menor probabilidade de obter resultados académicos relevantes (ainda que possam ter acesso a apoio para o efeito), para além de estarem mais expostos a situações de pobreza ⁷, apresentarem maior probabilidade de terem mais despesas relacionadas com saúde, apoios à vida diária, casas com mais problemas e acesso deficitário a recursos disponíveis ⁸.

Na sua classificação da educação (ISCED), a UNESCO define a Educação para as Necessidades Especiais como sendo a educação designada para facilitar a aprendizagem de indivíduos que, devido a uma variedade de razões, necessitam de apoio adicional e métodos pedagógicos adaptados de forma a participarem e atingirem objetivos de aprendizagem num programa educativo. As razões podem

⁷[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/596807/IPOL_STU\(2017\)596807_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/596807/IPOL_STU(2017)596807_EN.pdf)

⁸ https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/chapter1.pdf

incluir desvantagens em capacidades físicas, comportamentais, intelectuais, emocionais e sociais, entre outras.⁹

Desenvolvendo um pouco mais o conceito da UNESCO, a OCDE definiu três tipos de necessidades educativas¹⁰:

- Categoria A (Deficiências): estudantes com deficiências ou impedimentos considerados em termos médicos como perturbações orgânicas atribuíveis a patologias orgânicas (e.g., sensoriais, motoras ou neurológicas). A necessidade educativa é considerada como resultado de problemas atribuíveis a estas deficiências.
- Categoria B (Dificuldades): estudantes com perturbações do comportamento ou emocionais, ou dificuldades específicas na aprendizagem. A necessidade educativa é considerada como resultado de problemas na interação entre o/a estudante e o contexto educativo.
- Categoria C (Desvantagens): estudantes com desvantagens resultantes, em primeiro lugar, de fatores socioeconómicos, culturais e/ou linguísticos. A necessidade educativa surge como compensação às desvantagens atribuíveis a estes fatores.

A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF)¹¹ refere que as deficiências podem ser temporárias ou permanentes; progressivas, regressivas ou estáveis; intermitentes ou contínuas. Podendo-se assumir o carácter transitório de algumas situações, que sendo impeditivas de um normal funcionamento, apresentam potencial ou condições de recuperação.

Legalmente estão previstos dois tipos de incapacidades, as temporárias e as permanentes, que se podem aplicar diretamente ao contexto das necessidades

⁹ traduzido do original (<http://uis.unesco.org/en/glossary-term/special-needs-education>): Education designed to facilitate the learning of individuals who, for a wide variety of reasons, require additional support and adaptive pedagogical methods in order to participate and meet learning objectives in an educational programme. Reasons may include (but are not limited to) disadvantages in physical, behavioural, intellectual, emotional and social capacities.

¹⁰ <http://www.oecd.org/education/school/40299703.pdf>

¹¹ <https://www.dgs.pt/estatisticas-de-saude/documentos-para-download/classificacao-internacional-de-funcionalidade-incapacidade-e-saude-cif-pdf.aspx>

especiais. O Decreto-Lei n.º 93/2009 de 16 de abril, aprova o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária. Este Decreto define a incapacidade permanente de uma pessoa com deficiência, como *“aquela que, por motivos de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a atividade e participação em condições de igualdade com as demais pessoas”*. Por outro lado, define a pessoa com incapacidade temporária, como *“aquela que por motivo de doença ou acidente encontre, por um período limitado e específico no tempo, dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a sua atividade e participação diária em condições de igualdade com as demais pessoas”*¹².

1.2 Regulamento do Politécnico de Leiria

O Politécnico de Leiria é uma instituição de ensino superior de direito público, ao serviço da sociedade, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental. Integra cinco Escolas presentes em três cidades: Leiria (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Escola Superior de Saúde), Caldas da Rainha (Escola Superior de Artes e Design) e Peniche (Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar). Procurando responder à diversidade de estudantes que chegam ao Politécnico de Leiria, têm vindo a ser desenvolvidos um conjunto de Serviços e recursos com o objetivo de promover um ensino superior inclusivo e promotor de igualdade de oportunidades.

Neste sentido, e na ausência, até ao momento, de uma legislação nacional que regule os apoios a prestar a ENEE no ensino superior, o Politécnico de Leiria dispõe de um Regulamento Geral que prevê um conjunto de medidas de apoio.

¹² <https://dre.pt/pesquisa/-/search/603884/details/maximized>

1.2.1 O estatuto de estudante com necessidades educativas especiais

Em 2017, o Politécnico de Leiria cria o Regulamento n.º 596/2017¹³, um regulamento específico para os Estatutos Especiais Aplicáveis aos seus Estudantes, que revoga o capítulo III do *Regulamento Geral da Formação Graduada e Pós-Graduada no Instituto Politécnico de Leiria e Regimes Aplicáveis a Estudantes em Situações Especiais* de 2007, referente ao “Apoio a estudantes com necessidades educativas especiais ou portadores de deficiência”.

Mais recentemente, em fevereiro de 2020, o Regulamento de 2017 foi alterado pelo Regulamento n.º 115/2020¹⁴, o qual introduziu várias alterações no estatuto do estudante com necessidades educativas especiais, que apresenta, atualmente, a seguinte redação:

CAPÍTULO III - Estatuto de estudante com necessidades educativas especiais

Secção I - Âmbito e princípios gerais

Artigo 7.º - Âmbito

1 — O presente estatuto aplica -se ao(s) estudante(s) com necessidades educativas especiais (ENEE) que se encontrem matriculados e inscritos em cursos ou ciclos de estudos do Politécnico de Leiria

2 — Considera -se ENEE o estudante que manifesta dificuldades no processo de aprendizagem e participação no contexto académico decorrentes de limitações motoras, sensoriais, percetivas, cognitivas, psicológicas ou decorrentes de condição de saúde crónica e debilitante e/ou outras, desde que devidamente atestadas por relatório realizado por especialista nos domínios em causa.

3 - O presente estatuto é ainda aplicável a situações de necessidades educativas especiais (NEE) de carácter permanente ou temporário,

¹³ <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/114205250/details/normal?sort=whenSearchable&sortOrder=DESC&q=%22institut+o+polit%C3%A9cnico+de+leiria%22%20regulamento+necessidades+especiais>

¹⁴ <https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2014/08/Altera%C3%A7%C3%A3o-do-Regulamento-dos-Estatutos-Especiais-Aplic%C3%A1veis-aos-Estudantes-do-Instituto-Polit%C3%A9cnico-de-Leiria.pdf>

designadamente em situações de doença, acidente ou convalescença, devidamente atestadas nos termos legais.

Artigo 8.º - Princípios

São princípios do presente estatuto:

- a) Respeito pela dignidade inerente e autonomia individual do ENEE;*
- b) Não discriminação, igualdade de oportunidades e equidade;*
- c) Participação e inclusão plena e efetiva no meio académico;*
- d) Respeito pela diferença das pessoas com limitação como parte da diversidade humana;*
- e) Promoção da acessibilidade;*
- f) Salvaguarda da integridade física, psicológica e moral do ENEE.*

Secção II - Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão do ENEE

Artigo 9.º - Medidas de apoio

1 - O ENEE tem direito a um conjunto de apoios especializados e à adaptação do processo de ensino e aprendizagem de acordo com as suas necessidades.

2 - São definidas no presente estatuto como medidas, designadamente:

- a) Prioridade;*
- b) Apoios em sala de aula;*
- c) Apoio à componente letiva;*
- d) Apoio social;*
- e) Acompanhamento individualizado;*
- f) Acompanhamento pelos docentes;*
- g) Regime de frequência e avaliação;*
- h) Métodos e elementos de avaliação adaptados*
- i) Provas e outros momentos de avaliação de conhecimentos;*
- j) Acesso à época especial de exame;*
- k) Adequação na atribuição de local para realização das unidades curriculares de estágio, de educação clínica, de ensino clínico e de práticas pedagógicas.*

3 - As medidas específicas para cada ENEE são definidas e revistas nos termos do artigo 22.º

Artigo 10º - Prioridade

- 1 - Os ENEE têm prioridade nos processos de matrícula e inscrição e nas restantes situações em que tenham necessidade de se deslocar aos serviços académicos.
- 2 - Os referidos estudantes têm prioridade nos processos de atribuição de locais para realização das unidades curriculares de estágio, de educação clínica, de ensino clínico e de práticas pedagógicas.
- 3 — Os ENEE têm ainda prioridade no atendimento junto de qualquer serviço do Politécnico de Leiria, designadamente bibliotecas, cantinas e reprografias.

Artigo 11.º - Apoios em sala de aula

- 1 - A atribuição das salas de aulas, no caso de turmas que incluam ENEE, deve ter em conta aspetos de acessibilidade, nomeadamente evitando a existência de aulas em salas ou zonas de difícil acesso, ou procedendo, se necessário, a adaptações do mobiliário ou equipamentos.
- 2 - Em caso de necessidade justificada devem ser criadas condições específicas para acolher estes estudantes, na medida da possibilidade da escola.
- 3 - O ENEE tem a possibilidade de gravar as aulas, mediante autorização expressa do docente, com a condição de utilizar as gravações para fins exclusivamente escolares e pessoais.
- 4 - Caso o docente não autorize a gravação das aulas ou na contingência de tal não ser possível, deve fornecer atempadamente ao ENEE os elementos referentes ao conteúdo de cada aula.
- 5 — O ENEE pode beneficiar, com o acordo do docente, de apoio individualizado em sala de aula por parte de familiar, assistente pessoal, colaborador, estudante que voluntariamente se disponibilize para esta atividade ou outro.

Artigo 12.º - Apoio à componente letiva

- 1 — O Politécnico de Leiria deve dar apoio técnico e material imprescindível de acordo com as NEE de cada caso, através, nomeadamente:

- a) Da adaptação necessária dos documentos e materiais indispensáveis ao processo de ensino/aprendizagem;
- b) Da mediação humana ou tecnológica nos casos devidamente fundamentados, designadamente através da interpretação gestual, postos de trabalho adaptados, acompanhantes humanos ou cão guia.

2 - A direção da escola assegura as condições de concretização do exposto no número anterior, com o apoio dos seus docentes e serviços competentes, no limite das respetivas disponibilidades humanas e materiais.

3 - Os docentes devem fornecer atempadamente os programas e a bibliografia das respetivas unidades curriculares, bem como outros elementos de trabalho que considerem que devem ser utilizados pelos estudantes com NEE, para que se promova a adaptação desses elementos.

4 - Considerando os condicionalismos específicos de algumas NEE, os prazos de empréstimo para utilização domiciliária praticados nas bibliotecas são alargados casuisticamente.

5 - Em casos devidamente justificados, e quando solicitado em requerimento, pode ser promovida a utilização dos recursos associados às plataformas aplicadas no ensino a distância e a interatividade com os dispositivos tecnológicos móveis ou portáteis, podendo ainda equacionar-se o recurso a formas adaptadas de lecionação e frequência do curso ou ciclo de estudos.

Artigo 13.º - Apoio social

1 - O ENEE pode beneficiar de estatuto especial na atribuição de bolsa de estudo e eventuais complementos, nos termos da legislação aplicável.

2 — Compete aos Serviços de Ação Social promover o acesso ao alojamento em residências de estudantes, até ao limite de vagas existentes, em condições consideradas adequadas a cada caso.

3 — Mediante a apresentação de requerimento ao administrador dos Serviços de Ação Social, o ENEE, sempre que necessário e possível, pode beneficiar da possibilidade de residir com um cuidador nas residências de estudantes.

Artigo 14.º - Acompanhamento individualizado

1 — O ENEE pode usufruir do acompanhamento por parte de um gestor de caso ao qual compete, nomeadamente:

- a) Apoiar e orientar o ENEE na gestão do seu processo educativo e académico;*
- b) Garantir o diagnóstico de necessidades e mobilizar os diversos intervenientes para as respostas necessárias ao ENEE;*
- c) Constituir um ponto privilegiado de contacto para o ENEE e demais intervenientes em todas as questões relacionadas com o processo de apoio e integração do estudante*

3 — O ENEE pode usufruir de um acompanhamento por parte de familiar, assistente pessoal, colaborador, estudante que voluntariamente

se disponibilize para esta atividade ou outro, para além do acompanhamento proporcionado pelos técnicos especializados do Politécnico de Leiria.

4 — Considerando o número anterior, o Politécnico de Leiria deve promover e incentivar junto da comunidade académica, designadamente junto dos discentes, atividades de inclusão e apoio.

Artigo 15.º - Acompanhamento pelos docentes

1 — O ENEE deve ser acompanhado pelos docentes do curso a quem compete, designadamente:

a) Acompanhar o processo educativo do estudante e colaborar no apoio suplementar que venha a ser solicitado, nomeadamente através da disponibilização de tempos próprios para apoiar o ENEE no desenvolvimento de atividades práticas do tipo laboratorial, ofical ou similar e de outras que venham a ser consideradas necessárias;

b) Propor ao coordenador de curso a adaptação das medidas didáticas, pedagógicas e de métodos e elementos de avaliação, em colaboração com os demais docentes do curso e serviços especializados.

2— Os docentes devem respeitar a autonomia e capacidade de decisão do ENEE.

Artigo 16.º - Regime de frequência e avaliação

Ao ENEE não são aplicáveis disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular, salvo situações excecionais previstas pelas escolas.

Artigo 17.º - Métodos e elementos de avaliação adaptados

Os métodos e elementos de avaliação vigentes nas escolas podem ser adaptados por acordo entre o ENEE e o docente responsável pela unidade curricular, em articulação com o coordenador de curso e ouvidos a comissão pedagógica de curso e o docente da unidade curricular.

Artigo 18.º - Provas e outros momentos de avaliação de conhecimentos

1 - Na realização de provas escritas deve atender-se ao seguinte:

a) No caso de NEE que implique maior morosidade de leitura e ou escrita, é concedido um período complementar de tempo para realização da prova, de acordo com o tipo de prova e o

critério do docente, que pode corresponder a um acréscimo de mais 50 % de duração;

b) Em casos devidamente justificados, uma prova pode ser repartida por fases, de acordo com as necessidades;

c) Durante a realização da prova deve ser permitida a utilização dos meios específicos necessários, como dicionários, tabelas ou outros materiais, desde que devidamente justificados;

d) Os enunciados das provas devem ter uma apresentação adequada ao tipo de necessidade (como por exemplo, enunciado ampliado para estudantes com baixa visão, em braille, em áudio ou vídeo), e as respostas podem ser dadas de forma alternativa, utilizando os recursos tecnológicos e/ou humanos mais adequados, salvaguardando a integridade e veracidade da prova.

2 — No caso de estudantes com limitação auditiva, a prova oral pode ser substituída por prova escrita e no caso de estudantes com limitação motora para escrever, a prova escrita pode ser substituída por prova oral, se tal for exequível na unidade curricular em causa.

3 - A direção da escola assegura, com o apoio dos técnicos e serviços especializados, a preparação dos enunciados e as condições de recolha das respostas.

4 - Os trabalhos individuais ou de grupo devem ser adaptados, incluindo os de projeto, dissertação ou estágio, no que diz respeito à forma de apresentação, ao período de tempo disponível para a sua elaboração ou aos prazos de entrega, em função da NEE, de acordo com o definido pelos docentes das unidades curriculares.

5 - No âmbito da correção dos elementos de avaliação do ENEE, e sempre que possível, deve privilegiar-se o conteúdo em detrimento da forma.

6 — Os ENEE sujeitos a internamentos hospitalares, devidamente comprovados, que coincidam com época/momentos de avaliação, têm direito a realizar provas em datas alternativas a articular com o coordenador de curso, e o gestor de caso e o docente da unidade curricular.

Artigo 19.º - Acesso à época especial de exame

O ENEE tem direito a submeter-se à avaliação na época especial até ao limite de 30 créditos ECTS, mediante inscrição nos prazos definidos e pagamento dos emolumentos devidos.

Secção III - Obtenção do estatuto

Artigo 20.º - Pedido

- 1 - Os estudantes que pretendam obter o estatuto de ENEE devem apresentar requerimento, no ato de matrícula e inscrição, dirigido ao diretor da escola e acompanhado de parecer(es) e/ou relatório(s) emitido(s) por especialistas (médicos, psicólogos, terapeutas da fala ou outros, indicados para cada caso específico), onde se explicitem as implicações que a necessidade específica do estudante tem no trabalho a desenvolver, em função das exigências associadas à frequência e realização do curso ou ciclo de estudos em causa.*
- 2 - O pedido referido no número anterior pode ser efetuado no decurso do ano letivo nos casos em que as NEE resultem de ocorrências posteriores ao início do mesmo ou sejam identificadas posteriormente.*
- 3 - Para as situações de NEE permanentes o requerimento referido no n.º 1 deve ser apresentado apenas uma vez.*
- 4 - Quando se trate de NEE temporária o pedido deve ser apresentado no respetivo ano letivo e para o período considerado necessário.*
- 5 - Sempre que se considere necessário podem ser solicitados documentos adicionais de modo a completar o processo individual do estudante ou para comprovar a manutenção do estatuto.*
- 6 - O estudante requerente pode ainda apresentar, se for o caso, o programa educativo individual que haja beneficiado no nível de ensino anterior e declarar os apoios que lhe tenham sido prestados por outras instituições.*
- 7 - A qualquer momento pode o ENEE aditar informação/documentos ao pedido solicitando revisão das medidas.*

Artigo 21.º - Comprovação

O(s) relatório(s) ou parecer(es) anexo(s) ao requerimento referido no n.º 1 artigo 20.º deve(m) explicitar o tipo de NEE e as suas implicações na progressão no curso ou ciclo estudos em causa, determinando designadamente:

- a) No caso de limitação na área da visão, a avaliação da acuidade do campo de visão de cada olho com a melhor correção;*
- b) No caso de incapacidade na área da audição, a avaliação do potencial auditivo em cada ouvido com a melhor correção e a especificação do meio de comunicação natural (surdo oralizado ou gestuante);*

- c) No caso de limitação motora, informação específica sobre o grau de limitação e membros afetados;*
- d) No caso NEE temporárias deve ser disponibilizada informação sobre as suas implicações no desempenho académico e o período previsível em que o estudante necessita desse apoio;*
- e) No caso de dificuldades de aprendizagem específicas (dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia ou outras), informação sobre a análise funcional do problema.*

Artigo 22.º - Decisão

- 1 — A decisão de atribuição do estatuto cabe ao diretor da escola, ouvido o coordenador de curso, podendo ser solicitado parecer dos técnicos especializados do Politécnico de Leiria consoante as suas áreas de atuação, observada a respetiva audiência prévia do estudante visado.*
- 2 - Os apoios definidos podem ser revistos em qualquer momento do percurso académico do estudante, por solicitação do mesmo e/ou dos docentes e desde que não se comprometam as NEE identificadas.*
- 3 — No caso de NEE permanente, o estatuto é válido enquanto o estudante se mantiver matriculado e inscrito no mesmo curso ou ciclo de estudos no Politécnico de Leiria.*
- 4 - O ENEE é responsável por todas as informações prestadas e bom uso do estatuto que lhe for atribuído.*

Artigo 23.º - Dever de sigilo e encaminhamento

Todos os que tenham, por força das suas funções, contacto com a informação relativa a ENEE, estão obrigados a especiais deveres de sigilo e encaminhamento.

1.2.2 Aspetos mais relevantes do Estatuto

No seguimento da apresentação da redação do Estatuto, gostaríamos de salientar alguns aspetos previstos neste regulamento. Em primeiro lugar, a própria definição de Estudante com Necessidades Educativas Especiais (ENEE), considerado como o estudante que manifesta dificuldades no processo de aprendizagem e participação no contexto académico decorrentes de limitações motoras, sensoriais, percetivas, cognitivas, psicológicas ou decorrentes de condição de saúde crónica e debilitante e/ou outras, desde que devidamente atestadas por relatório realizado por

especialista nos domínios em causa. Por outro lado, abre-se a possibilidade de outras condições, que possam ser limitadoras e que são abrangidas pelas definições de necessidades especiais, como as de carácter social ou económico, devidamente definidas e justificadas. Toda e qualquer necessidade deve ser comprovada e, no caso das limitações temporárias, deve ser indicado o nível de limitação do desempenho (em função da NEE) e a sua duração previsível.

O Regulamento em vigor introduz, ainda, uma nova figura no âmbito dos apoios a ENEE, denominada “*Gestor de Caso*”. O objetivo é que quem desempenhe esta função sirva de mediador entre o ENEE e restantes elementos da comunidade académica, bem como com serviços externos à instituição, de forma a apoiar o estudante no seu percurso no Politécnico de Leiria.

Finalmente, o papel do/a docente e do/a coordenador/a de curso é crucial no apoio aos ENEE não só através da compreensão e acompanhamento do seu progresso académico, como também na adaptação de materiais e ajustamentos necessários para atingir o sucesso desejado.

Pretende-se que todo o processo de pedido e atribuição do estatuto, bem como a implementação das medidas de apoio seja célere, eficiente e dinâmico, sendo essencial que o estudante se sinta apoiado, ao longo do seu percurso académico, por um conjunto de Serviços e recursos do Politécnico de Leiria.

Seguidamente, apresentaremos o Projeto 100%IN® e algumas das principais medidas de apoio implementadas, bem como uma listagem dos serviços do Politécnico de Leiria que têm dedicado o seu trabalho nos últimos anos no sentido de tornar o Politécnico de Leiria uma instituição de ensino superior de referência a nível nacional no que diz respeito à Inclusão.

Abordaremos questões relacionadas com a ética e algumas orientações gerais para o apoio, apresentado um ponto específico sobre o papel dos docentes, dando algumas ideias e propostas de atuação.

2. PROJETO 100%IN®

O projeto 100%IN® decorre de uma parceria estabelecida em 2018 entre o Politécnico de Leiria e o Instituto Padre António Vieira (IPAV), com o objetivo de promover a inclusão integral de estudantes com necessidades educativas especiais, ao longo do seu percurso académico no Politécnico de Leiria, facilitando o acesso aos recursos e acompanhando as necessidades específicas apresentadas, de forma a encontrar as melhores respostas possíveis. Este projeto vem reforçar a vocação do Politécnico de Leiria para a inclusão, assumido como um dos valores primordiais da sua ação ao nível da sua dinâmica interna, mas também na sua relação com o exterior, seja junto da sua comunidade, seja a nível nacional ou em contexto internacional. Constitui também o ponto de contacto para todos aqueles que pretendam requerer o estatuto de estudante com necessidades especiais.

Entre as medidas adotadas no âmbito do 100%IN® destacam-se:

- Criação da figura do Gestor de Caso;
- Cartão de Horas de Apoio letivo, desenvolvido para colmatar a necessidade de apoio pedagógico extra-aulas, em articulação entre estudante e docentes;
- Rede Buddy 100% IN®, que consiste no apoio à integração académica e social desenvolvida entre colegas.
- Hackathon 100% IN®, maratona anual de ideias, em que são apresentados desafios à comunidade educativa, na busca de soluções mobilizadoras da inclusão integral dos estudantes com necessidades específicas.

No 1.º ano letivo de funcionamento (2018/2019), o 100%IN® apoiou 107 estudantes com necessidades específicas, e o Politécnico de Leiria assumiu o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção organizada e sustentável para garantir que estes estudantes entrassem, permanecessem e concluíssem a sua formação académica no ensino superior.

2.1. Gestor de caso

O gestor de caso é um facilitador e interlocutor privilegiado que acompanha individualmente cada estudante, permitindo conhecer as suas necessidades específicas e promover a sua autonomia.

O principal objetivo do Gestor de Caso é facilitar e promover a inclusão integral do ENEE no Politécnico de Leiria. Ou seja, intervir de forma personalizada com o/a estudante, fomentar a participação e ligação triangular entre o ENEE, a família/rede de apoio e a comunidade educativa; e acompanhar o estudante durante o percurso académico, enquanto usufrui do estatuto de estudante com necessidades educativas especiais.

Representa para cada ENEE o ponto de referência permanente para qualquer necessidade ou dúvida, tendo em vista o posterior acompanhamento/seguinto pelos Serviços do Politécnico de Leiria. Articula com os Serviços e mobiliza os recursos adequados, assim como monitoriza e avalia o processo de acompanhamento ao ENEE, de forma permanente e continuada em várias esferas e domínios de apoio. É, em síntese, uma interface entre os ENEE, os serviços, os docentes e a comunidade externa à instituição.

2.2. Cartão de Horas de Apoio

O Cartão de Horas de Apoio foi desenvolvido para colmatar a necessidade de apoio pedagógico extra-aulas, consistindo na aplicação do valor da propina no reforço do apoio à aprendizagem do estudante, sendo a gestão da sua responsabilidade do gestor de caso responsável pelo/a estudante.

Cada estudante que beneficie decide em que unidade(s) curricular(es) pretende usar os créditos, consoante as suas necessidades específicas em articulação com o professor da UC, o professor-orientador e/ou o coordenador de curso, e com o gestor de caso. As horas disponibilizadas pelos docentes serão transformadas num valor monetário que, por sua vez, será convertido em serviços ou materiais no ano letivo seguinte, de acordo com a sua necessidade (p. ex., em apoio à formação, a

deslocações a eventos científicos, compra de material de apoio ou outro apoio que necessite de aprovação superior).

O estudante tem direito a um crédito de 40 horas de apoio por ano letivo, as quais são carregadas no seu cartão de crédito de horas. Estas horas devem ser registadas pelo(s) professor(s) da(s) UC, em impresso próprio, que deve ser assinado pelo professor e pelo estudante. No fim do semestre ou do ano letivo (UC anual), o Professor da UC faz chegar ao Gestor de Caso o impresso com o registo das horas, que será depois reencaminhado para a Coordenação do 100%IN®, e daqui para a Direção da respetiva Escola.

As horas de apoio prestadas pelos professores serão registadas pelos Serviços do Politécnico. O valor correspondente às horas de apoio prestadas pode ser utilizado pelo professor, no ano letivo seguinte, de acordo com a sua necessidade (p. ex. em apoio à formação, a deslocações a eventos científicos, compra de material de apoio, ou outro apoio que necessite de aprovação superior).

As horas contabilizadas no cartão de horas poderão ser utilizadas pelos docentes em:

- a) Participação em conferências/congressos nacionais e internacionais, podendo igualmente incluir custo de inscrição, viagem, alojamentos, ajudas de custo,...
- b) Aquisição de material bibliográfico.
- c) Outros materiais de apoio necessários à componente letiva.

Para acionar a utilização do valor que lhe corresponde, o docente, de acordo com a sua escolha e preferência, deve preencher através da intranet do Politécnico de Leiria o formulário PAP, ou se necessário aceder ao PIAD.

2.3. Hackathon 100%IN®

A maratona anual de ideias, o Hackathon 100%IN®, que apresenta desafios à comunidade educativa na procura de soluções mobilizadoras da inclusão integral dos estudantes com necessidades especiais específicas, prevê a apresentação de

respostas a 3 desafios colocados, através da dinâmica de uma maratona com a duração de 24h.

Podem participar docentes, pessoal técnico e administrativo, estudantes do Politécnico de Leiria e elementos convidados da comunidade externa à Instituição.

2.4. Buddy 100%IN®

A rede Buddy 100%IN® consiste no apoio à integração académica e social desenvolvida entre colegas. O Programa FASE® representa uma medida de apoio promovida através dos Serviços de Ação Social, no âmbito da qual se pretende complementar os diversos formatos de apoio direto e indireto disponibilizados por esta instituição, respondendo às necessidades da sua comunidade académica e contribuindo para a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e competências (Normas para a Atribuição do Fundo de Apoio Social ao Estudante do Politécnico de Leiria (FASE), publicadas no Diário da República, n.º 106, 2.ª série, de 31 de maio de 2012).

A medida “Buddy 100%IN®” propõe-se mobilizar os estudantes inscritos no Programa FASE® para participarem nesta atividade, com o objetivo principal de promover um ambiente de proximidade e inclusão entre estes estudantes e os ENEE.

O Buddy acompanhará o ENEE em atividades académicas e de desenvolvimento social durante o seu percurso académico, desenvolvendo competências transversais que contribuam para a efetiva igualdade de oportunidades dos estudantes com estatuto ENEE e integração social plena no meio académico.

Pode ser Buddy o estudante do Politécnico de Leiria inscrito o Programa FASE® que manifeste interesse em participar na atividade “Acompanhamento a estudantes com NEE”. O estudante inscrito no Programa FASE®, que tenha escolhido esta atividade, deve:

- Ser responsável, sensível, empático e atento
- Ter boa capacidade de comunicação

- Ter espírito voluntário e gostar de apoiar os colegas
- Ter vontade de desenvolver competências pessoais e sociais
- Ter vontade de conhecer pessoas e experiências de vida diferentes
- Ter disponibilidade para partilhar tempo e experiência.

3. SERVIÇOS DISPONÍVEIS

Após a breve apresentação das principais medidas do 100%IN®, elencamos também os Serviços do Politécnico de Leiria que podem contribuir para a inclusão do ENEE e para a promoção do seu sucesso e bem-estar.

3.1. Serviços de Documentação

Os Serviços de Documentação (SD/Politécnico de Leiria), que dispõem de apoios adaptados às necessidades dos estudantes, disponibilizando acesso à Biblioteca Aberta do Ensino Superior (BAES), a qual possui mais de 3000 títulos em Braille, áudio e texto integral.

3.2. Centro de Recursos para a Inclusão Digital

O Centro de Recursos para a Inclusão Digital (CRID), que tem como principal missão facilitar a participação de cidadãos com necessidades especiais na sociedade de informação e conhecimento. Encontra-se localizado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais e está apetrechado com um vasto conjunto de equipamentos que permite às pessoas com NEE aceder às TIC e beneficiar de um apoio técnico qualificado ao nível do aconselhamento e avaliação.

3.3. Serviço de Apoio ao Estudante

O Serviço de Apoio ao Estudante (SAPE), que disponibiliza apoio psicológico e psicopedagógico, orientação vocacional e acompanhamento pessoal aos estudantes do Politécnico de Leiria. Desenvolve atividades de avaliação e intervenção junto de estudantes com NEE, com o objetivo de contribuir para uma minimização do seu impacto no autoconceito e rendimento académico, procurando apoiar estes estudantes a (re)organizarem estratégias e recursos de suporte para lidarem eficazmente com os desafios e exigências do Ensino Superior, numa perspetiva de bem-estar em geral.

3.4. Serviços de Ação Social

Os Serviços de Ação Social (SAS), que têm como objetivo principal proporcionar à comunidade académica melhores condições de estudo, mediante a prestação de serviços e a concessão de apoios, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Os SAS estão preparados para acolher estudantes com limitações ou deficiências sensoriais e motoras, nas residências e nas diferentes unidades de restauração (em Leiria, Caldas da Rainha e Peniche). As candidaturas aos benefícios sociais - bolsa de estudo e alojamento - são efetuadas anualmente. Os estudantes com NEE podem beneficiar de estatuto especial de atribuição de bolsa e receber benefícios adicionais.

3.5. Unidade de Ensino à Distância

A Unidade de Ensino à Distância (UED) recorre às mais recentes tecnologias para disponibilizar a qualquer estudante condições de acesso a todas as áreas de formação do Politécnico de Leiria. Sustenta um serviço de interpretação gestual a distância e promove a criação de conteúdos acessíveis; desenvolve esforços para tornar Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), plataformas, conteúdos e atividades abertos a todos; garante estruturas acessíveis e alternativas multiformato (ex: material em HTML, material audiovisual com legendagem e áudio descrição, interpretação em Língua Gestual Portuguesa, etc.).

3.6. Direção dos Serviços Académicos

A Direção dos Serviços Académicos (DSA) é responsável pelos processos individuais dos alunos, propinas, matrículas e outros assuntos relacionados com a atividade académica, e também pelos processos relacionados com a atribuição do estatuto de estudante com NEE.

3.7. Direção de Serviços Informáticos

A Direção de Serviços Informáticos (DSI) procura disponibilizar, a todos os estudantes, os meios informáticos necessários para a prossecução dos seus cursos. Nesse sentido, insere-se nas suas atividades o desenvolvimento de aplicações Web

que cumpram o melhor nível possível das normas W3C, garantido uma maior acessibilidade. Sempre que necessário é instalado o NVDA (leitor de ecrãs) nos computadores utilizados pelos estudantes, procurando-se apoio em todos os serviços do Politécnico de Leiria para a disponibilização de equipamentos ou soluções adequadas às necessidades sentidas por alguns estudantes em particular.

3.8. Serviços Técnicos

Por fim, de referir que a maior parte dos edifícios pedagógicos do Politécnico de Leiria se encontram adaptados para receber estudantes com necessidades especiais, dispondo de ascensores com comandos dotados de informação em Braille, instalações sanitárias adaptadas e lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. As questões relacionadas com a acessibilidade física são geridas pelos Serviços Técnicos.

3.9. iACT - Inclusão e Acessibilidade em Ação

Ainda que não seja um Serviço, importa referir o trabalho desenvolvido pelo iACT que tem como principal missão desenvolver a investigação científica transdisciplinar na área das Ciências da Comunicação, numa perspetiva fundamental, aplicada e experimental. Simultaneamente, propõe-se desenvolver metodologias, técnicas e produtos, formar, prestar serviços à comunidade, intervir na sociedade (para melhorar condições e desenvolver atitudes integradoras) e valorizar as competências das pessoas com necessidades especiais. Mais informações estão disponíveis em <https://iact.ipleiria.pt/>

4. ÉTICA E CONFIDENCIALIDADE

A confidencialidade constitui uma dimensão ética crucial na relação com o estudante, sendo muito importante o respeito pelo outro.

Um estudante com NEE tem direito a decidir se deve/quer, ou não, partilhar a sua dificuldade. Assim, é importante que a decisão do estudante não dar conta da sua NEE seja respeitada pelo docente, quando dela tomar conhecimento.

Neste processo de tomada de conhecimento da NEE do estudante por parte das Direções, funcionários docentes e não docentes, este deve ser ouvido e incluído nas decisões relativas ao seu futuro. De acordo com a *European Agency for Development in Special Needs Education* (2011), o estudante com NEE deve ser ouvido na(s)/no(s):

- processo de avaliação e definição de estratégias de intervenção
- planeamento da aprendizagem, tendo em conta os fatores pessoais
- medidas de apoio destinadas a superar as barreiras à aprendizagem que não o estigmatize ou separe dos seus pares
- objetivos de aprendizagem e no que se refere aos resultados relevantes, significativos e personalizados;
- avaliação dos resultados da aprendizagem, de forma a garantir o sucesso académico e o bem-estar em geral.

5. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O APOIO

O apoio aos ENEE deve seguir um conjunto de princípios e orientações gerais que organizem e estruturam toda a atividade direcionada às dificuldades identificadas.

Assim, elencamos alguns princípios de base para esta intervenção:

- Um dos primeiros passos para a inclusão do ENEE é o respeito pela confidencialidade da sua necessidade específica.
- O gestor de caso, coordenador de curso e os docentes devem analisar com o estudante as dificuldades sentidas, procurando definir estratégias que melhor o possam ajudar a ultrapassá-las.
- Os docentes podem encaminhar o estudante para os serviços de apoio do Politécnico de Leiria promotores de inclusão, podendo recorrer também a estes mesmos serviços, em caso de necessidade.
- O estudante é o primeiro responsável por analisar a sua capacidade de corresponder ao longo do ano aos requisitos da Unidade Curricular, em função dos condicionalismos decorrentes da sua NEE.
- Os docentes poderão não conhecer bem a NEE que o estudante apresenta, pelo que é importante que, no início de cada semestre, este procure esclarecer, o melhor possível, as suas limitações e os requisitos que considera necessitar.
- Sempre que verificar que irá necessitar de faltar às aulas, o estudante deverá comunicá-lo diretamente ao docente, de forma a encontrarem-se alternativas válidas.
- Nas avaliações, o docente deve confirmar se as questões são apresentadas de forma adequada às especificidades da NEE do estudante (por exemplo: se o tipo de letra é simples; espaçamento entre linhas e itens adequado; agrupamento adequado de questões e itens, tornando-os graficamente fáceis de ler, etc.).

6. O PAPEL DO DOCENTE

A relação com o professor deve ser de apoio e acompanhamento. No caso de estudantes com NEE deve servir para acompanhar o percurso académico do estudante, mas também o seu desenvolvimento psicossocial e a otimização do seu potencial individual.

Assim, importa que o docente tente responder às necessidades do estudante, mas devolvendo-lhe a responsabilidade de solicitar a ajuda de que necessita e promovendo condições para que o estudante tome as suas decisões.

O sucesso desta relação assenta numa “aliança positiva” entre docente e o estudante e depende sobretudo do/a:

- acordo alcançado entre ambos relativamente aos objetivos e responsabilidades;
- qualidade do laço e relação de confiança estabelecida entre ambos.

Atendendo a que as medidas de intervenção consideradas mais adequadas e potenciadoras de bem-estar e sucesso académico variam de acordo com a especificidade de cada caso, sublinhamos que os docentes devem procurar alguma informação sobre os problemas identificados, para além de procurar o apoio dos serviços do Politécnico.

Ao/Á coordenador/a de curso compete assegurar o normal funcionamento do curso, recolhendo informação sobre as características do/a estudante de forma fornecer parecer sobre a adequação das necessidades deste/a aos recursos disponíveis no curso. Ou seja, deve dar um parecer sobre a capacidade do curso em corresponder às exigências técnicas e materiais do/a estudante.

O passo seguinte será coordenar com os docentes do curso as propostas de alteração do plano de estudos e submeter ao Conselho Técnico-Científico, se necessário. É frequente o Coordenador de Curso acompanhar, de forma próxima, o estudante com necessidades educativas especiais, na adaptação do seu percurso académico e formativo e no apoio específico necessário.

No caso de vir a prestar algum apoio mais individualizado, deixamos alguns dos princípios fundamentais para que esse apoio funcione adequadamente.

6.1. Orientações gerais- o apoio individualizado dos docentes aos ENEE

- Informe o estudante sobre a confidencialidade das informações e dados partilhados.
- Defina claramente com o estudante quando e como estará disponível para ele (dias da semana, horas e forma de contacto preferenciais).
- Evite alterações sistemáticas da data e hora acordadas bem como alterações de última hora, sem aviso prévio. A previsibilidade é importante para a relação de confiança.
- Procure reunir com o estudante num espaço onde não sejam frequentemente interrompidos, tanto para reuniões presenciais como online.
- Procure ter alguns cuidados com o primeiro contacto, uma vez que este pode marcar as primeiras impressões.
- Procure conhecer o percurso e as experiências académicas anteriores do estudante, bem como as estratégias que já utiliza face à sua NEE.
- Ajude o estudante a (re)definir objetivos pessoais, identificar recursos e dificuldades e planear o desenvolvimento de novas competências.
- Procure ouvir atentamente, dando sinais de feedback ao estudante, indicando que está a ouvi-lo/percebê-lo.
- Procure fazer um discurso “pela positiva”, elogiando o comportamento do estudante sempre que apropriado.
- Prefira questões abertas, exploratórias (“o que quer dizer com...”, “o que pensa de...”), a questões fechadas, que apelam a uma resposta do tipo “sim” ou “não”.

- Pergunte ao estudante onde é que ele(a) sente mais dificuldade. Se responder “tudo”, coloque questões de forma a atingir uma resposta mais específica, sugerindo que possam consultar em conjunto trabalhos já realizados pelo estudante.
- Contribua para facilitar a integração do estudante na Escola e no Politécnico, orientando-o para as iniciativas de acolhimento e integração que decorram no início do ano letivo.
- Encoraje o estudante a falar sobre o que sente e, se necessário, sugira ou encaminhe para serviços especializados como o 100%IN®, o Serviço de Apoio ao Estudante (SAPE), o Centro de Recursos para a Inclusão Digital (CRID), os Serviços de Ação Social (SAS), entre outros.
- Monitorize o progresso do estudante, devolvendo-lhe *feedback* apropriado para que possa melhorar o seu desempenho;
- Registe regularmente os contactos realizados com o estudante ao longo do semestre.

6.2. Atitudes a evitar

Na sua relação com o/s estudante/s procure não:

- Manter uma relação excessivamente informal, pois o estudante apreciará um/a docente com quem se sente à vontade, mas que não “abre mão” do seu papel.
- Usar termos vagos generalistas ou imutáveis (i.e., rótulos) ou com muitas afirmações do tipo “sempre” ou “nunca”.
- Recorrer a uma comunicação vaga e negativa.
- Comentar com outros docentes ou estudantes as informações partilhadas nas reuniões de apoio.
- Assumir responsabilidade pessoal pela resolução dos problemas do(s) estudante(s);
- Tomar decisões pelo(s) estudante(s).

PARTE II - NEE: CONHECER PARA INTERVIR

Um dos aspetos mais importantes da inclusão é conhecer para intervir. Ninguém poderá apoiar adequadamente se não entender as dificuldades sentidas e as medidas aconselhadas. Neste sentido, é importante apresentar as principais necessidades educativas especiais (NEE) que surgem no contexto do Ensino Superior, definindo-as e descrevendo-as, complementando essa informação com orientações dirigidas aos docentes, de forma a permitir que possam atuar em conformidade com a situação e com os dispositivos legais em vigor.

No que diz respeito à prevalência de casos no Politécnico de Leiria, no ano letivo 2018/2019, o 100%IN[®] identificou 107 estudantes com EENEE, sendo as dislexias e disortografias (47,7%) as mais frequentes. Em segundo lugar as doenças do foro psicológico, neurológico ou psiquiátrico (14%), depois as deficiências motoras e outras doenças (10,3%). Por fim, as deficiências auditivas (7,5%), visuais (3,7%), síndrome de Asperger, o Autismo e o Déficit de Atenção (3,7%), bem como deficiências múltiplas (2.8%).

Deste modo, apesar do número variado de NEE, iremos abordar aqui as de maior expressão no contexto do Politécnico de Leiria. Para cada NEE apresentaremos as suas principais características, condicionalismos e estratégias de intervenção que podem ser implementadas pelos docentes.

1. DEFICIÊNCIA MÚSCULO-ESQUELÉTICA

Segundo a OMS (1980), as deficiências músculo-esqueléticas incluem as alterações mecânicas e funcionais da face, cabeça, pescoço, tronco e membros, assim como os défices destes últimos.

Tabela 1- Tipos e graus de deficiência

Tipos e graus de deficiência
deficiências mecânicas e motoras dos membros superiores, inferiores, ou de ambos
paralisia espástica de mais de um membro (hemiplegia, paraplegia e tetraplegia)
alterações motoras com repercussão na articulação e ritmo da linguagem
dificuldades específicas em manter o equilíbrio
descoordenação motora de uma ou várias partes do corpo, etc.

É vulgar associar a deficiência motora ao uso de cadeira de rodas, embora muitas outras ajudas técnicas possam ser necessárias para facilitar a mobilidade, como sejam as canadianas, próteses, bengalas, etc..

As principais dificuldades com que estas pessoas se confrontam são a/as:

- barreiras arquitetónicas
- dificuldade em transportar e/ou manusear equipamentos técnicos e/ou objetos e volumes
- dificuldade em utilizar transportes públicos
- incapacidade ou dificuldade em realizar as atividades de vida diária de forma autónoma e independente
- dificuldade em aceder a casas de banho, telefones públicos, elevadores, locais de lazer, restaurantes, lojas, centros comerciais, locais, culturais, etc.
- dificuldade em aceder à informação exposta em *placards*, aos balcões de atendimento dos serviços, às caixas multibanco, entre outras.

Neste sentido, o Politécnico de Leiria tem procurado eliminar barreiras arquitetónicas, e tal como referido anteriormente, a maior parte dos edifícios pedagógicos, cantinas e bares encontram-se adaptados para receber estudantes com NEE, dispondo de ascensores com comandos dotados de informação em Braille, instalações sanitárias adaptadas e lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. Também as Bibliotecas do Politécnico de Leiria estão equipadas com rampas e/ou ascensores.

Do mesmo modo, os Serviços de Ação Social (SAS) estão preparados para acolher estudantes com este tipo de dificuldades nas suas residências (em Leiria, Caldas da Rainha e Peniche).

1.1. Principais dificuldades na sala de aula

Ainda que as maiores dificuldades sejam ao nível da mobilidade, direta ou indiretamente as deficiências músculo-esqueléticas podem ter repercussões nos processos de aprendizagem (Molla, 2005; Patrício, 2007). Deste modo, poderá ser difícil:

- realizar uma determinada tarefa no tempo estipulado para a maioria dos colegas
- escrever de forma convencional
- manusear documentação
- participar em aulas práticas que impliquem alguma mobilidade específica
- manter elevados níveis de concentração nas aulas (devido ao cansaço decorrente de posturas rígidas)
- tirar apontamentos ao ritmo da aula.

1.2.3 O que fazer?

- Sempre que seja necessário, garantir o acompanhamento por uma segunda pessoa. Neste caso, a comunicação deve estabelecer-se com o estudante e não com a pessoa que o acompanha.

- Disponibilizar o acesso aos parques de estacionamento existentes em todos os *campi* do Politécnico de Leiria.
- Adaptar o meio físico de forma a torná-lo acessível (por ex. aqueles que necessitem de usar cadeira de rodas devem ter mesas adaptadas, habitualmente mais altas do que as dos colegas).
- Considerar o estudante na turma aquando da marcação de salas, ponderando fatores como a sua proximidade ou facilidade de acesso.
- Quando se conversa com um estudante em cadeira de rodas será melhor sentarmo-nos ao seu nível, para que este se possa sentir mais confortável (uma vez que é incómodo conversar com a cabeça levantada).
- Antes de começar a empurrar uma cadeira de rodas, pergunte ao estudante se necessita de apoio.
- Sempre que conduzir uma cadeira de rodas deve avançar com prudência, pois a pessoa poder-se-á sentir incomodada, se magoar outras pessoas com a cadeira.
- O estudante deverá ocupar um lugar relativamente próximo do professor.
- Evite antecipar as respostas do estudante ou responder por ele. Respeite o ritmo de expressão individual.
- Faculte antecipadamente apontamentos e/ou informação bibliográfica, facilitando assim a redação/síntese da aula;
- Permita que o estudante complete as tarefas, se necessário facultando tempo adicional.
- Permita que possam recorrer a pessoas externas, que tomem notas pelo estudante e que, em situação de exame possam escrever as suas respostas; nestas situações devem ficar em espaços separados e com vigilância própria.

Em síntese, deve promover-se o máximo de independência no âmbito das capacidades e limitações do estudante com deficiências músculo-esqueléticas, mas atendendo às necessidades inerentes a cada caso.

Tabela 2 – Quadro com ligações de internet com interesse sobre deficiências

Sítios de interesse	
Instituto Nacional de Reabilitação	http://www.inr.pt
Associação Portuguesa de Deficientes	http://www.apd.org.pt/
Associação Salvador	http://www.associacaosalvador.com/

2. DEFICIÊNCIA VISUAL

A Deficiência Visual é um dano do Sistema Visual parcial ou global podendo variar quanto às suas causas (traumatismo, doença, malformação, deficiente nutrição) e/ou natureza (congénita, adquirida ou hereditária), traduzindo-se numa redução ou perda de capacidade para realizar tarefas visuais (ler, reconhecer rostos) (Pereira, 2008).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a deficiência visual engloba duas grandes categorias: a Cegueira e Baixa-Visão. Neste sentido, podemos considerar uma pessoa cega como sendo aquela que não possui potencial visual, mas que pode, por vezes, ter uma perceção da luminosidade. A ambliopia, também conhecida por baixa-visão, significa uma reduzida capacidade visual - qualquer que seja a origem - e que não melhora através de correção ótica.

2.1. O que fazer?

Deixamos algumas estratégias para a organização e gestão da sala de aula e relativas à adaptação dos materiais de trabalho para os/as estudantes.

2.1.1. Estratégias de organização e gestão da sala de aula

- Ler em voz alta enquanto escreve no quadro.
- Proporcionar informações verbais que permitam ao estudante aperceber-se dos acontecimentos ocorridos na sala de aula.
- Alertar o estudante sempre que ocorram mudanças na disposição da sala de aula.
- Escrever com uma cor que contraste com a cor do quadro (ex.: branco/preto).
- Sempre que possível evitar os reflexos da luz no quadro e na superfície de trabalho (fechando as cortinas ou descendo os estores).
- Evitar posicionar-se em frente da janela.

- Não posicionar o estudante de frente para uma fonte de luz (natural ou artificial).
- Na sala de aula, colocar o estudante no lugar que lhe proporcione um melhor campo de visão e permitir que mude de lugar, consoante as tarefas em causa e as ajudas óticas e/ou técnicas que utiliza.
- Permitir que o estudante faça uma pausa sempre que apresente sinais de fadiga, tais como olhos lacrimejantes, vermelhos ou dores de cabeça
- Sempre que possível alternar as tarefas que exigem maior esforço visual com tarefas não visuais.
- Dar algum tempo para que o estudante se adapte às mudanças de intensidade de luz, por exemplo, quando vem do exterior
- Assegurar-se se o estudante necessita de iluminação adicional (candeeiro de tarefas) e se as condições de iluminação são as adequadas (intensidade, tipo e direccionalidade da fonte de luz).
- Conferir ao estudante o tempo necessário para que possa realizar tarefas que exijam maior esforço visual, como a leitura.
- Permitir a utilização de portáteis com auscultadores, pois torna o registo de apontamentos mais eficiente.
- Fornecer formatos alternativos (Braille ou formato digital acessível) do material impresso necessário para a aula.
- Evitar quaisquer considerações sentimentais sobre a cegueira ou referências a ela como um tormento.
- Evitar verbalizações de espanto quando algum cego executa tarefas diárias usuais.

2.1.2. Dicas para adaptar os materiais de trabalho

É importante que possa perceber, junto do estudante, qual a estratégia mais funcional para adaptar os materiais de estudo. Frequentemente, os estudantes que chegam ao ensino superior estão já familiarizados com um conjunto de estratégias

que passam pela preferência de um determinado leitor de ecrã, utilização exclusiva de braille, entre outras.

De qualquer modo, e para que os seus documentos cumpram as regras gerais da acessibilidade, sugerimos a consulta do ponto 16 relativo a este tópico neste Manual.

Para além disso, será importante conhecer os recursos disponíveis no Centro de Recursos para a Inclusão Digital - CRID (sedeado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais), onde é possível imprimir documentos em braille e imagens/gráficos com relevo (Sousa, 2009).

No início do ano letivo pode ser importante também algum apoio em termos de orientação e mobilidade, tendo como finalidade ajudar o estudante cego e/ou com baixa visão a construir o mapa cognitivo do espaço da instituição que o rodeia e a deslocar-se nesse espaço. Deste modo, a pergunta «Quer ajuda?» não é inadequada. Pelo contrário, qualquer cego ou amblíope ficará confuso e descontente se o pegarem pelo braço, puxando-o, sem uma palavra.

Tabela 3 – Quadro com ligações de internet com interesse sobre deficiência visual

Sítios de interesse	
ACAPO	http://www.acapo.pt
BAES: Biblioteca Aberta do Ensino Superior	http://baes.up.pt
Centro de Recursos para a Inclusão Digital	http://www.crid.ipleiria.pt
European Union of the Blind	http://www.euroblind.org/
W3C World Wide Web Consortium	W3C World Wide Web Consortium
http://www.w3.org/	http://www.w3.org/

3. DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A deficiência auditiva consiste na perda parcial ou total da capacidade de ouvir. É considerado surdo todo o indivíduo cuja audição não é funcional no dia-a-dia; é considerado parcialmente surdo aquele cuja capacidade de ouvir, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva (Neves, 2007; Paul, Trezek & Wang, 2009; Francisco & Neves, 2010)

Tipos de deficiência auditiva:

- Deficiência Auditiva Conduativa
- Deficiência Auditiva Sensório-Neural
- Deficiência Auditiva Mista
- Deficiência Auditiva Central / Disfunção Auditiva Central / Surdez Central /Deficiência Auditiva Conduativa

Tabela 4 – Quadro com níveis de decibéis do limiar da audição para cada grau de surdez

Classificação das deficiências auditivas	Limiar da audição	Grau de surdez	
audição normal	0 a 15 dB	Normal	
suave	16 a 25 dB	Leve	
leve	26 a 40 dB		
moderada	41 a 55 dB	Média	
moderadamente severa	56 a 70 dB		
severa	71 a 90 dB	Severa	
profunda	acima de 91 dB	Profunda	1º grau (90 dB) 2º grau (90 a 100 dB) 3º grau (>100 dB)

3.1. O que fazer?

- Fale de forma clara e com um ritmo pausado, mas natural.
- Vire-se para o estudante, ao dirigir-se a ele.
- Nunca fale enquanto está de costas para o estudante.
- Coloque-se num local e posição em que o seu rosto esteja à vista e bem iluminado.
- Não se coloque à frente de uma fonte de luz. Isto fará com que a sua silhueta fique escurecida e se percam detalhes do rosto e dos lábios.
- Se lhe for pedido que fale mais alto, não grite. Tal será irritante para quem ouve, irá distorcer o som e alterar a configuração labial.
- O gesto é tudo –use as mãos e o corpo para comunicar.
- Invista na memória visual da pessoa s/Surda¹⁵, complementando a sua exposição oral com imagens, gráficos, esquemas, formas, cores...
- Dê tempo extra ao estudante s/Surdo para processar a informação (particularmente ao tratar conceitos novos ou importantes).
- Dirija-se sempre à pessoa s/Surda e não ao intérprete. Nunca se dirija ao intérprete dizendo “pergunte-lhe” ou “peça-lhe”.
- Não assuma que o estudante s/Surdo está a acompanhar e a compreender tudo. Verifique de vez em quando, fazendo-lhe perguntas diretas sobre o assunto em causa.
- Opte por colocar questões cuja resposta revele a compreensão efetiva da mensagem.

3.1.1. Se o estudante não o entender:

¹⁵ Surdo (com maiúscula) quando nos referimos à pessoa surda que fala língua gestual e surdo (com minúscula) quando a pessoa surda não fala LGP.

- Repita o que disse, mas usando outras palavras.
- Não fale mais alto. Tal não ajudará o estudante a ouvi-lo melhor, apenas tornará mais difícil uma possível leitura labial.
- Vá dando pistas sobre o contexto dos assuntos de que está a falar.
- Se sentir que a comunicação não flui, auxilie-se da escrita.

3.1.2. Aulas

- Forneça antecipadamente cópias da aula/da apresentação. Tal permitirá que o estudante se familiarize com a estrutura, matéria e vocabulário da sessão.
- No início da aula apresente a estrutura a seguir (ex. tópicos no quadro). Retome-a ao longo da aula para ajudar o estudante a seguir os assuntos de forma lógica.
- Registe todas as informações importantes no quadro.
- Escreva qualquer aviso que queira dar (ex. horários de atendimento, data de testes, alterações de horários/salas).
- Forneça um glossário do vocabulário específico/técnico novo ou escreva os termos novos no quadro. Torna-se impossível fazer leitura labial de palavras desconhecidas.
- Evite deslocar-se pela sala enquanto fala. O estudante poderá precisar de ler os seus lábios, tarefa impossível se não puder ver a sua cara de frente.
- Estudantes s/Surdos não conseguem ler e ouvir em simultâneo.
- Se o estudante precisar de se concentrar em materiais escritos ou em processos mecânicos, dê-lhe tempo.
- Só volte a falar quando ele estiver de novo a olhar para si.
- Linguagem metafórica, frases idiomáticas e piadas podem ser confusas para as pessoas s/Surdas, particularmente se não pertencerem ao contexto do assunto de que se fala. Evite usá-las e caso o faça, explicito o seu significado objetivo.

- Apresente material audiovisual com legendas.
- Caso não tenha o material audiovisual legendado forneça ao estudante um resumo escrito do assunto, antes da apresentação. Caso seja possível, faculte o material ao estudante para que este possa visualizar o material com alguém que o ajude a descodificar as mensagens. Discuta com o estudante qual a solução mais útil.
- Utilize as novas tecnologias: o computador e a internet são grandes aliados.
- A ajuda de profissionais/colegas para tirar apontamentos ou interpretar a aula pode implicar algumas interferências no normal funcionamento da aula. No entanto, podem ser uma ajuda inestimável para o estudante s/Surdo.

3.1.3. Trabalho de Grupo

- Certifique-se de que há boa iluminação no espaço de trabalho e organize o grupo em semicírculo para que todos se vejam bem e a pessoa s/Surda possa fazer leitura labial.
- Garanta que a sessão é bem moderada. Peça a todos os estudantes que indiquem (ex. levantando a mão) quando quiserem participar na conversa de maneira a que o estudante s/Surdo possa saber antecipadamente quem vai falar.
- Utilize materiais visuais de apoio com os principais assuntos/tópicos da discussão (ex. quadro, powerpoint). Peça a alguém para redigir uma ata/resumo dos assuntos tratados.
- Sempre que possível certifique-se de que o espaço de trabalho tem boa acústica para que haja menos interferência sonora.
- Evite salas perto de zonas interiores/exteriores ruidosas (ex. campo de jogos, refeitório, entradas/saídas).
- Estimule a interação. O estudante s/Surdo tem algo a dizer (de forma oral ou gestual); precisa apenas de mais tempo e que também os outros se adaptem à sua forma de comunicar.

3.1.4. Avaliação

- Evite utilizar frases longas e complexas. Divida a frase em vários períodos simples.
- Certifique-se de que a questão é colocada de forma concisa e clara. Evite juntar questões múltiplas numa mesma pergunta.
- Escreva a frase na ordem em que a atividade terá de decorrer.
- Se possível, enumere as diferentes questões a serem abordadas numa resposta longa/livre.
- Estimule a criação/utilização de esquemas conceituais para organizar respostas de desenvolvimento.
- Indique de forma clara a extensão da resposta que se pretende.
- Evite utilizar estratégias de pergunta a completar por escolha múltipla. Exige que se mantenha a primeira parte na memória para completar a ideia. Esta é uma tarefa que pode ser muito difícil para a pessoa s/Surda. É natural que o estudante s/Surdo precise de mais tempo para resolver o seu teste.

3.2. Intérpretes de Língua Gestual

- O intérprete de Língua Gestual Portuguesa (LGP) “traduz” da língua oral portuguesa para a LGP e vice-versa. A LGP é uma língua de pleno direito com uma gramática e estrutura próprias¹⁶.
- Na presença de um intérprete dirija-se ao estudante e não ao intérprete. O intérprete começará a interpretar de seguida.
- O papel do intérprete é apenas facilitar a comunicação, não é participar. É da responsabilidade do estudante (e não do intérprete) pedir clarificação, caso não entenda o professor.
- Da mesma forma, é ao estudante que deve perguntar se o entendeu e nunca ao intérprete.
- Fale ao ritmo habitual. O intérprete pedirá que abrande, pare ou repita, caso seja necessário.

¹⁶ <https://ensina.rtp.pt/artigo/dizer-o-abecedario-em-lingua-gestual/>

- Tente estruturar a sua sessão de forma a ter uma pequena pausa a meio. A interpretação gestual é muito exigente e os intérpretes precisarão de uma pausa após 30 minutos, se estiverem a trabalhar de forma contínua. No caso de seminários longos é aconselhável que trabalhem em equipas de dois.
- Para interpretar eficazmente, é essencial que o intérprete compreenda as matérias em causa. O intérprete precisará de preparar a sessão de trabalho e deverá receber antecipadamente glossários, apontamentos, apresentações e outros materiais considerados relevantes.

Tabela 5 – Quadro com sítios de interesse na internet sobre deficiência auditiva

Sítios de interesse	
Aprendendo com gestos	http://www.spreadthesign.com/pt/
Escola virtual Língua Gestual Portuguesa	http://www.lgpescolavirtual.pt/
Federação Portuguesa das Associações de Surdos	https://fpasurdos.pt/pt/home
Portal do Cidadão Surdo	http://www.portaldocidadaosurdo.pt/

4. PERTURBAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESPECÍFICA

A diversidade na terminologia usada pelos investigadores persiste na atualidade (por exemplo: dificuldades de leitura, dificuldades específicas de leitura, atraso na leitura, distúrbio de leitura, dificuldades inesperadas de leitura, dislexia...). Na última versão do DSM-V (APA, 2013) é adotada a designação de perturbação da aprendizagem específica com défice na leitura, na escrita e/ou na matemática.

Seguidamente iremos apresentar uma breve caracterização destas perturbações de aprendizagem específicas, bem como algumas estratégias de intervenção, optando por manter o nome mais frequentemente associado às dificuldades na leitura (Dislexia), Disortografia (dificuldades relacionadas com a escrita), Disgrafia (associadas à grafia) e, por fim, a Discalculia (dificuldades associadas ao cálculo).

4.1. Dislexia

A dislexia é uma dificuldade de aprendizagem específica, de base neurológica, que implica dificuldades no correto e/ou fluente reconhecimento de palavras e/ou pobres capacidades de descodificação e problemas na ortografia; défice na componente fonológica; dificuldades inesperadas relativamente a outras competências cognitivas e a um ambiente escolar favorável; problemas na compreensão da leitura e reduzida experiência de leitura (...) (AID, 2002).

Trata-se de uma dificuldade relacionada com alterações neurológicas, sendo muitas vezes confundida com desinteresse, desmotivação, falta de inteligência, etc.. Crê-se que cerca de 10% das pessoas tenham dislexia, a variar entre um grau menos severo e um grau mais severo (Rello & Baeza-Yates, 2013). No contexto do ensino superior, a dislexia é uma das necessidades educativas especiais mais frequente, exigindo das instituições uma atenção particular (Heiman & Precel, 2003; Mortimore & Crozier, 2006) e é também a NEE mais prevalente no Politécnico de Leiria. O disléxico consegue atingir os mesmos resultados que os outros estudantes, mas terá de recorrer a metodologias diferenciadas, que compensem as suas dificuldades.

Os disléxicos apresentam capacidades (Reid, 2011) como:

- Boas competências visuais e visualização tridimensional
- Facilidade na expressão verbal
- Boas capacidades em jogos de equipas
- Boa compreensão da linguagem

As dificuldades apresentadas de seguida podem não se manifestar em todas as pessoas com dislexia. No entanto, serão algumas das dificuldades a ter em conta quando se procura identificar este quadro. Quando chegam à idade adulta e/ou ao ensino superior, todos aqueles que apresentem dislexia, já terão desenvolvido as suas estratégias (mais ou menos adaptativas) para lidar com esta condição.

No geral, os estudantes disléxicos apresentam:

- Reduzida velocidade de leitura
- Má soletração fonética
- Pobreza na ortografia
- Dificuldades na numeracia
- Maiores dificuldades na aquisição de competências de estudo
- Dificuldade em tirar apontamentos, escrever trabalhos, fazer revisões para momentos de avaliação ou compreender grandes quantidades de texto complexo
- Baixa autoconfiança e autoestima
- Elevados níveis de frustração que condicionam o desempenho escolar
- Maiores níveis de ansiedade
- Sentimentos de incompetência académica e escrita
- Dificuldades na organização

- Dificuldade em seguir instruções
- Dificuldade na orientação espacial – esquerda/direita; cima/baixo
- Dificuldade de concentração.

Quando comparados com colegas sem dislexia, os estudantes disléxicos apresentam maiores dificuldades na velocidade de leitura, na tomada de notas, na organização dos trabalhos e na expressão de ideias por escrito (Mortimore & Crozier, 2006; Jamieson & Morgan, 2008). No geral, é possível que estes estudantes baseiem o seu estudo mais na memorização do que na tomada de apontamentos.

4.1.1. Dificuldades na leitura

No que diz respeito à leitura, os disléxicos apresentam dificuldades diversas que podem surgir simultaneamente ou de forma isolada, e que se podem traduzir em:

- dificuldade em reconhecer e lembrar sons de palavras
- substituição das palavras por outras semelhantes, quando lê em voz alta (confusão semântica)
- incapacidade em ler “na diagonal” um texto
- velocidade de leitura reduzida
- dificuldade com a sequência do alfabeto.

4.1.2. Estratégias

- Poderá ser útil ajudar o estudante a selecionar livros e textos centrais da bibliografia.
- Sempre que forem apresentados conceitos técnicos e específicos poderá ser importante a redação de um glossário.
- O suporte na “leitura estratégica” poderá ser também muito útil, apoiando os estudantes a aprenderem a selecionar informação e a definirem objetivos para a leitura.
- Deve evitar-se pedir ao estudante para ler em voz alta.

- Se possível, e em articulação com docente, provas com maior espaçamento entre parágrafos e letras.
- Apontamentos escritos com letras não serifadas.

4.2. Disortografia e disgrafia

A disortografia e a disgrafia aparecem associadas à dislexia, embora possam também manifestar-se de forma isolada. A disortografia refere-se a uma dificuldade na precisão ortográfica, ou a dificuldade em aceder à representação ortográfica de uma palavra. A disortografia poderá manifestar-se através de:

- uso limitado do léxico verbal
- uso incorreto de formas verbais
- uso pobre da pontuação
- falta de coerência na apresentação das ideias
- troca de letras (*b* por *d* ou *p* por *q*)
- confusão com letras com o mesmo som (*s* por *z*)
- incapacidade para ver erros, mesmo em programas com correção de texto.

A disgrafia é caracterizada por uma postura gráfica incorreta, uma forma inadequada de segurar na caneta, letras desligadas ou confundidas com outras, tamanho da letra muito variável, inclinação da escrita, e/ou grossura do traço variável, etc..

4.2.1. Estratégias

- Será importante que se dê feedback seletivo e positivo sobre o tipo de erros cometidos.
- Deverá ser valorizado o conteúdo em detrimento da forma, sendo que o estudante não deve ser penalizado na classificação final (exceto se se tratar de uma competência básica da UC).

- São evitáveis comentários depreciativos acerca das competências de escrita (a maior parte dos estudantes tem consciência das suas dificuldades e sentem-se frustrados quando recebem *feedbacks* pouco construtivos);
- Evite correções com caneta vermelha, por estarem fortemente associadas a experiências negativas durante a escolaridade básica e secundária.
- Evitar questões longas e complexas;
- O estudante deve poder recorrer ao dicionário.
- Se possível, e em articulação com docente, recurso a computador para provas escritas.

4.3. Discalculia

A Discalculia é uma perturbação que afeta as áreas do cérebro responsáveis pelas tarefas de cálculo. Pode aparecer em conjunto com a dislexia ou de forma isolada. A capacidade intelectual é mantida, havendo apenas um comprometimento da competência matemática. Traduz-se por uma dificuldade severa e persistente em aprender aritmética, nomeadamente números e operações básicas que resultam em problemas no cálculo (Marcelino, s/data).

É caracterizada por défice na memorização de factos aritméticos, o cálculo origina facilmente erros, e no sentido do número (APA, 2013). O sentido numérico inclui a contagem oral, a identificação e conhecimento do número e as operações numéricas básicas, como por exemplo comparar números ou identificar números próximos (Marcelino, S/data).

4.3.1. Estratégias

- Será importante que se dê feedback seletivo e positivo sobre o tipo de erros cometidos.
- São evitáveis comentários depreciativos acerca dos cálculos (a maior parte tem consciência das suas dificuldades e sentem-se frustrados quando recebem *feedbacks* pouco construtivos).

- Recurso a máquina calculadora ou computador, com possíveis alterações na indicação dos números, para realização de cálculos simples. Esta possibilidade deve ser articulada com o docente e, eventualmente, pode passar pelo uso de máquinas não científicas.

4.4. Estratégias comuns

- Sempre que possível o docente poderá disponibilizar os apontamentos / apresentações / sebatas antecipadamente. Tal facilitará a tomada de apontamentos. Caso não seja possível, poderá ser útil fazer-se um pequeno resumo do que se irá tratar durante a aula.
- As apresentações em *powerpoint* deverão ter um espaçamento de pelo menos 1,5 cm e cada diapositivo deverá conter informação clara e concisa.
- Utilizar tipos de letras não serifadas e com espaçamento entre linhas (Rello & Baeza-Yates, 2013). Os tipos de letra recomendados são a Helvética, a Courier, a Arial, ou a Verdana, e ainda melhoram a sua qualidade se forem sans serif, monoespaçadas, ou estilo roman. O estilo itálico deve ser evitado e, em particular, o Arial Itálico.
- O regulamento ENEE do Politécnico de Leiria permite que os estudantes possam fazer uma gravação áudio das aulas apenas para uso pessoal e como forma de suporte para a realização de apontamentos. Neste caso, os estudantes deverão pedir permissão para a realização da gravação.
- Poderão ser consideradas ainda as seguintes possibilidades de intervenção, perspetivadas na literatura como ajustamentos razoáveis (*reasonable adjustments*):
 - O estudante poderá usufruir de tempo extra na realização dos exames.
 - Poderá ser benéfico que o docente que vigia os momentos de avaliação escrita leia as perguntas em voz alta.
 - Alguns estudantes poderão beneficiar da utilização de um computador durante o exame e, conseqüentemente,

poderá ser necessária a utilização de *software* específico. Pode ser necessário, também, realizar o exame numa sala à parte.

- Poderá ser essencial que o estudante tenha apoio por parte de um professor, que trabalhe especificamente as suas dificuldades na leitura e escrita.
- Poderá ser necessário que o estudante possa dispor de tempo adicional de empréstimo de livros da biblioteca.
- Poderão ser acordadas datas limite de entrega flexíveis (dependendo da situação).
- Permitir ou negociar pequenas adaptações nas tarefas académicas, por exemplo, permitindo que a apresentação do trabalho seja realizada em vídeo (substituindo a versão escrita).

As dificuldades de aprendizagem específicas poderão ter consequências na progressão, realização e conclusão do ensino superior, mas não são incompatíveis com um elevado nível de sucesso, desde que suportadas por uma intervenção ajustada.

Tabela 6 - Quadro com sítios de interesse na internet sobre dislexia

Sítios de interesse	
The International Dyslexia	http://www.interdys.org
Dyslexia International	https://dyslexia-international.org/
Portal da dislexia	https://dislexia.pt/
Associação Portuguesa de Dislexia – Dislex	https://www.dislex.co.pt/
British Dyslexia Association	https://www.bdadyslexia.org.uk
Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem Específicas	http://www.appdae.net/

5. PERTURBAÇÃO DO ESPETRO DO AUTISMO

A Perturbação do Espectro do Autismo (PEA) é definida pela presença de déficits persistentes na comunicação e interação social em múltiplos contextos, onde se inclui a comunicação verbal e não verbal e a partilha de emoções; caracteriza-se também por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, onde se incluem as rotinas obsessivas, a hiper ou hipo sensibilidade sensorial, entre outros comportamentos (APA, 2013). Estes sintomas podem ser de maior ou menor severidade o que poderá dificultar o diagnóstico. Embora a DSM-V não inclua necessariamente o Síndrome de Asperger, condição com sintomas menos severos, como sendo uma categoria separada, esta ainda é muito utilizada para diferenciar da Perturbação Autista, em que os sintomas são mais severos.

A incidência do autismo na população varia entre a 1% a 1.5%, com uma maior incidência no sexo masculino, numa relação de 3 a 4 homens para 1 mulher (Barthélémy *et al.*, 2019).

A APSA - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, na sua página em <http://www.apsa.org.pt/>, apresenta a seguinte definição: *a Síndrome de Asperger é uma perturbação neurocomportamental de base genética, podendo ser definida como uma perturbação do desenvolvimento que se manifesta por alterações, sobretudo, na interação social, na comunicação e no comportamento. Embora seja uma disfunção com origem num funcionamento cerebral particular, não existe marcador biológico, pelo que o diagnóstico se baseia num conjunto de critérios comportamentais, como sejam:*

- dificuldade na comunicação
- dificuldade no relacionamento social
- dificuldade no pensamento abstrato
- interesses limitados
- comportamentos rotineiros

- peculiaridade do discurso e da linguagem
- perturbação na comunicação não verbal
- descoordenação motora
- dificuldade em sentir empatia
- resistência à mudança

O estudante com Síndrome de Asperger pode ter um vocabulário sofisticado e falar incessantemente sobre o seu assunto favorito, tendo dificuldade em mudar para um outro tema de conversa.

Pode manifestar dificuldades com as regras da conversação, desconhecendo algumas das regras implícitas no contacto social. Pode interromper ou falar em sobreposição, fazer comentários irrelevantes, tendo muita dificuldade em iniciar e terminar as conversas.

O seu discurso é normalmente monótono, não aplicando corretamente a prosódia. Também a sua postura física e a interpretação que faz do discurso verbal do outro é, frequentemente, inadequada (Attwood, 1998).

É necessário ter alguma atenção em relação ao estudante com Asperger, que pode apresentar algumas das seguintes características:

- Surtos de raiva (física ou verbalmente)
- Agitação motora
- Aumento de atividades obsessivas ou repetitivas
- Apatia ou inatividade
- Comportamento ou ideias bizarras
- Maior dificuldade em deslocar-se
- Isolamento

É importante que as instituições de ensino superior e as famílias dos estudantes com estas características tentem garantir acesso a habitações com redes de apoio e que promovam a independência, atividades organizadas e autonomia.

5.1. Estratégias

- Manter rotinas regulares nas aulas.
- Promover a participação do estudante com PEA em oficinas, formações ou aconselhamento, que promovam competências de estudo, desenvolvimento pessoal ou orientação profissional.
- Permitir que se sente em lugares adequados numa sala ou anfiteatro.
- Dar mais tempo para tirar apontamentos e notas sobre a matéria.
- Explicar qual a melhor altura para colocar questões, corrigindo a postura, sem se mostrar à defesa ou crítico em relação à atitude do estudante.
- Recorrer a uma comunicação clara e objetiva.
- Expor concretamente os objetivos, procedimentos e prazos relacionados com as atividades curriculares.
- Indicar explicitamente quem são as pessoas com quem deve contactar.
- Indicar detalhadamente a matéria a ser estudada.
- Se o estudante estiver muito ansioso tentar falar sobre outros temas ou informá-lo sobre o que se está a passar ou vai passar.
- Se o estudante não for capaz de fazer apresentações orais, pode ser necessário recorrer a formas alternativas de apresentação de trabalhos
- Avisar antecipadamente sobre quaisquer alterações na Unidade Curricular.

- Em situações de agitação ou de agressividade, não responder agressivamente e esperar ou tentar acalmar o estudante.
- Nos casos em que não é possível chegar a consenso com o estudante sobre a necessidade de modificar o seu comportamento, pode ser útil obter apenas a concordância do estudante em não repetir o comportamento indevido.
- Optar por uma atitude de “não confrontar”. Manter a calma é essencial para manter o estudante tranquilo e seguro.
- Evitar, o mais possível, ser condescendente ou protetor, ou manter uma relação demasiado próxima e paternal com o estudante.
- Permitir que estes estudantes possam explorar respostas alternativas adequadas às suas características e, se necessário, adequar o método de avaliação.

5.2. Como lidar com crises

Em caso de crise do estudante com Síndrome de Asperger ou outra PEA, importa tentar seguir os seguintes passos:

1. Garantir segurança
 - Ter a certeza que o estudante está seguro e não se pode aleijar ou causar danos a outros
 - Não permitir que se deite num ponto de saída
 - Não prender a pessoa, deixando-a ter a possibilidade de sair
 - Caso saia, não perseguir o estudante e segui-lo à distância
2. Acalmar
 - É essencial manter a calma, para que o estudante se sinta calmo
 - Ter consciência que a crise irá passar, mais tarde ou mais cedo
3. Procurar o silêncio
 - Falar apenas o indispensável

- Não questionar o/a estudante
 - Caso fale, mantenha um tom de voz calmo e neutro
4. Diminuir a intensidade dos sintomas
- Aceitar a crise e dar tempo ao estudante para recuperar
 - Não olhar para o relógio nem apressar
 - Avaliar a necessidade de chamar o contacto de emergência do/a estudante ou o gestor de caso, se tiver
 - Avaliar a necessidade de chamar os serviços de emergência, caso a crise não diminua
5. Restabelecer o autocontrolo da pessoa
- Assim que a crise passar, dar oportunidade ao estudante para explicar o que aconteceu, sem o pressionar
 - Dar-lhe espaço para respirar e descansar.

Tabela 7 – Quadro com ligações de interesse na internet sobre o Síndrome de Asperger (2 colunas e 2 linhas)

Sítios de interesse	
Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger	http://www.apsa.org.pt/
The National Autistic Society (UK)	http://www.autism.org.uk/
Autismo Europe	https://www.autismeurope.org/
Os primeiros sinais de alerta	https://www.medis.pt/mas-medis/saude-e-medicina/sindrome-de-asperger-os-primeiros-sinais-de-alerta/

6. PERTURBAÇÃO DE HIPERATIVIDADE / DÉFICE DE ATENÇÃO (PHDA)

A Perturbação de Hiperatividade / Défice de Atenção (PHDA) é mais frequente na infância, mas pode surgir também no contexto do ensino superior. A sua característica essencial é corresponder a um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade, que interfere no funcionamento ou no desenvolvimento. Jovens com estas características apresentam elevada desatenção ou dificuldade em manter o foco, alternância entre tarefas e desorganização. Em adultos, a hiperatividade manifesta-se por uma inquietude extrema ou esgotamento dos outros com a sua atividade, para além de grande impulsividade com elevado potencial de dano para a própria pessoa (APA, 2013).

A intervenção na PHDA deverá normalmente combinar diferentes processos de intervenção terapêutica, sendo que as mais eficazes são a farmacológica, psicoterapêutica (intervenção clínica direta com o estudante) e psicossocial/psicoeducativa (poderá englobar programas parentais, intervenção nas dinâmicas familiares e programas de intervenção em contexto escolar). A intervenção farmacológica é essencial em casos de maior gravidade dos comportamentos e que provoquem uma significativa interferência na qualidade do funcionamento social, académico ou ocupacional do estudante.

De um modo geral, os adultos com PHDA podem apresentar:

1. Baixa produtividade/rendimento académico:
 - não conseguem finalizar as tarefas dentro do prazo
 - iniciam novas tarefas sem terminar as anteriores acabando por não terminar nenhuma delas
 - esquecem-se dos assuntos, recados, reuniões
 - apresentam dificuldade em manter a atenção nas atividades, distraíndo-se facilmente perante outros estímulos
 - revelam dificuldades no planeamento e organização das atividades.

2. Alterações emocionais e sociais:

- Baixa autoestima
- Dificuldades na regulação emocional; sintomas depressivos e/ou ansiosos
- Dificuldades nas relações sociais com o grupo de pares e/ou familiares
- Isolamento social
- Possível presença de alguns comportamentos disruptivos (por ex. envolvimento em situações de lesão devido a acidentes e/ou impulsividade) (Moura, Simões e Pereira, 2020).

6.1. Estratégias

- Permitir que o estudante se sente nos lugares posicionados à frente na sala de aula, para evitar distrações.
- Colocar-se de modo a que o aluno veja bem a linguagem corporal e expressões faciais enquanto o professor está a falar.
- Dar instruções claras e precisas, mantendo o contacto visual
- Simplificar as indicações complicadas e dividi-las em etapas.
- Usar a associação visual e a repetição escrita para melhorar a memória.
- Usar o envolvimento direto, a manipulação física e as atividades manuais para melhorar a motivação, o interesse e a memória.
- Incluir várias atividades em cada aula.
- Proporcionar pausas periódicas durante as aulas.
- Permitir algum movimento físico (ex: abanar as pernas, ir ao quadro).
- Permitir a utilização de mais tempo para a realização dos testes.

- Dividir os trabalhos de pesquisa em pequenos segmentos e estabelecer datas diferentes para a entrega de cada um deles.
- Apoiar o estudante na organização das tarefas e incentivar o uso de:
 - agendas para registo das tarefas.
 - calendários bem visíveis nos locais de trabalho com a inscrição das datas de momentos de avaliação escrita e apresentação de trabalhos

Tabela 8 – Quadro com ligações de interesse na internet sobre a PHDA (2 colunas e 2 linhas)

Sítios de interesse	
Portal da Hiperatividade	https://hiperatividade.com.pt/
Attention Deficit Disorder Association	https://add.org/
Recursos sobre PHDA	https://www.webmd.com/add-adhd/childhood-adhd/adhd-resources

7. PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL

Dados recentes apontam para um valor superior a 30% de estudantes do Ensino Superior que apresentam problemas de saúde mental que podem interferir com o seu percurso académico (Sarmiento, 2015). Cada perturbação mental é concetualizada como um comportamento significativo ou síndrome psicológico ou padrão que ocorre num indivíduo e que está associado a mal-estar atual (sintoma doloroso) ou incapacidade (numa ou mais áreas importantes do funcionamento) ou a um risco acrescido de morte, sofrimento, incapacidade ou a uma importante perda de liberdade. Além disto, este síndrome ou padrão não pode ser meramente uma resposta esperada e culturalmente sancionada face a um evento particular, como por exemplo, a morte de alguém amado. Qualquer que seja a causa original, deve ser considerado uma manifestação de uma disfunção comportamental, psicológica ou biológica no indivíduo.

Nem o comportamento desviante (e.g., político, religioso ou sexual), nem os conflitos que ocorrem entre o indivíduo e a sociedade são perturbações mentais, a não ser que a desviância ou o conflito sejam um sintoma de uma disfunção no indivíduo, como descrito acima (APA, 2002).

Os problemas de saúde mental poderão implicar perturbações do pensamento, da estabilidade emocional e/ou do comportamento. Estas perturbações são causadas por interações complexas entre diversas variáveis sociais, psicológicas, culturais, físicas e biológicas. Assim, pessoas com perturbações mentais podem apresentar limitações na sua capacidade de gerir o seu dia-a-dia, de forma autónoma e eficaz.

Existem perturbações que são de carácter permanente e outras de natureza mais transitória. Para a atribuição do estatuto de estudante com NEE, é importante definir adequadamente a perturbação e as suas consequências, já que nem todas as perturbações de saúde mental podem ser consideradas necessidades especiais.

Os critérios utilizados para definir as perturbações que poderão dar direito a este estatuto são:

- a) A gravidade das consequências na:
 - autonomia da pessoa
 - sua capacidade de aprendizagem
 - nas pessoas que rodeiam o/a estudante
- b) A duração das consequências no dia-a-dia da pessoa e das pessoas que a rodeiam

O estudante que pretenda requerer o estatuto de NEE, com base numa perturbação de saúde mental, deve apresentar um relatório/declaração contendo informação sobre o diagnóstico, com base na DSM-IV-TR ou CIF (CID-10), realizado por um profissional competente para o efeito; deve incluir algumas sugestões de apoios a prestar pelo Politécnico de Leiria, de forma a minimizar o impacto da perturbação na sua avaliação e percurso académico, tendo como objetivo final o seu sucesso e bem-estar em geral.

Seguidamente iremos apresentar algumas características de um conjunto de perturbações mentais que podem ocorrer em estudantes no ensino superior, bem como algumas estratégias que os docentes podem utilizar para apoiar estudantes em cada uma destas situações. De referir que as perturbações mais comuns registadas nos estudantes do Politécnico de Leiria, identificadas em situação de consulta no Serviço de Apoio ao Estudante, são a depressão, a ansiedade e os problemas de adaptação (Filipe, Seco, Pereira e Alves, 2012; Pereira, Seco, Filipe e Alves, 2010).

7.1. Esquizofrenia e psicose

Os estados psicóticos correspondem a perturbações que impedem a pessoa de distinguir a realidade de fantasia ou imaginação. Estas condições podem estar associadas a problemas no funcionamento cerebral ou surgirem na sequência de estados alterados de consciência, devido a consumo de álcool, drogas ou

medicamentos. Podem ainda surgir sintomas semelhantes na sequência de traumas ou tumores.

Os estados mais frequentes são a esquizofrenia, perturbação bipolar, psicoses que apresentam como sintomas comuns o delírio, a alucinação, dificuldade na compreensão e expressão emocional e a desorganização do discurso. A sua intensidade pode variar e, desse modo, também fazer variar o seu prognóstico.

Podem acontecer episódios psicóticos breves, que surgem de forma mais ou menos pontual, e conseguem ser resolvidos para benefício da pessoa; ou podem acontecer de forma crónica e permanente.

Dentro das perturbações bipolares é possível encontrar perturbações caracterizadas por alternância entre episódios maníacos e depressivos, condições caracterizadas apenas por episódios maníacos ou apenas episódios depressivos.

O delírio corresponde a ideias ou crenças que estão em choque com a realidade, muitas vezes relacionados com perseguições ou exagerado sentimento de importância ou glória. As alucinações correspondem a percepções sensoriais erróneas da realidade, sem que exista efetivamente um estímulo físico real (“Delusion/Delusional”; “Hallucinations”, 2001). Ou seja, o delírio refere-se a ideias ou pensamentos errados sem qualquer base no real (e.g., “sou Napoleão”; “estou a ser perseguido pelos Serviços Secretos”; etc.), enquanto a alucinação refere-se a percepções erradas do que está à volta (e.g., elefantes cor de rosa; sentir o cheiro de algo que não está presente; etc.).

Um ponto essencial a considerar relativamente a estes estados é que um docente pode nunca dar conta de que um estudante pode sofrer de alguma destas problemáticas. Os sintomas só se manifestarão em caso de descompensação, ou seja, quando existe uma falha na toma de medicação, quando há uma situação traumática ou a doença se intensifica naturalmente, levando a um primeiro episódio ou a um reaparecimento dos sintomas.

Nestas condições é natural que docentes, colegas do estudante ou funcionários da instituição comecem a identificar comportamentos bizarros ou estranhos, discurso desorganizado e incoerente e um alheamento social. É importante que sinalizem as

situações mais gravosas junto da Direção da Escola e dos Serviços do Politécnico, como o SAPE, o 100%IN® ou outro, de forma a serem encontradas respostas adequadas à situação.

Algumas destas respostas poderão passar por consultas de psicologia clínica, consultas de psiquiatria, interrupção temporária das atividades letivas ou mesmo internamento médico.

7.1.1. Estratégias

- Não comentar, nem criticar em função do quadro diagnóstico
- Permitir ao estudante que possa colocar-se nas condições que melhor se ajustam a si próprio; se prefere isolar-se não forçar o contacto, por exemplo
- Promover grupos de trabalho equilibrados e tolerantes
- Em caso de alteração do comportamento contactar os serviços de saúde/socorristas do *Campus* do Politécnico de Leiria em que se encontra
- Em casos mais graves contactar o Número Europeu de Emergência (112).

7.2. Estados depressivos

Os estados depressivos são caracterizados por tristeza, isolamento social, dificuldades na concentração, irritabilidade, falta motivação, e diminuição de autoestima. Estes sintomas variam na sua intensidade, o que permite caracterizar a dimensão do estado depressivo.

Existem estados depressivos mais temporários (como situações de luto, estado depressivo major, etc.) ou estados depressivos mais permanentes (perturbação distímica ou distimia, menos intensa que a depressão, mas crónica; perturbação bipolar tipo II).

Em casos mais graves podem ocorrer suicídios ou tentativas de suicídio, choro intenso e frequente e isolamento social.

7.2.1. Estratégias

- Não comentar, nem criticar em função do quadro diagnóstico
- Evitar comentários que exponham a pessoa a ridículo, intensificando o seu sentimento de impotência e de falta de importância
- Não apontar o diagnóstico, caso seja conhecido, nem identificar o estudante como depressivo
- Em caso de crises de choro, deixar o estudante sair, de preferência com algum colega que possa acompanhar
- Quando possível, tentar levar o/a estudante a conversar, de forma mais privada, sobre os seus medos e dúvidas
- Em caso de alteração do comportamento contactar os serviços de saúde/socorristas do *Campus* do Politécnico de Leiria em que se encontra
- Em casos mais graves contactar o Número Europeu de Emergência (112).

7.3. Ansiedade

A ansiedade é um tipo de problemática frequente no ensino superior, aparecendo, frequentemente, em conjugação com outras alterações ou distúrbios, nomeadamente depressão ou estados alterados de consciência.

A ansiedade é uma reacção fisiológica e psicológica de medo em relação a um estímulo interno ou externo, embora remeta mais para uma possível ameaça futura do que para o medo em si (APA, 2013).

Habitualmente aparece como resposta a situações novas, estranhas ou perigosas que se traduz por um sentimento de insegurança ou medo.

Considerada uma resposta protetora e adaptativa presente em todos os seres humanos, a ansiedade pode ser sentida por todos nós em determinados momentos da vida, sem que isso seja patológico.

A ansiedade expressa-se por alguns dos seguintes sinais:

- medo
- inquietação
- secura de boca
- pulso acelerado
- transpiração
- aperto no peito
- vertigens
- sensação de perigo iminente, de insucesso, morte súbita, de perda de autocontrolo
- Sensação de ficar mentalmente desestabilizado, entre outros.

Quanto maior for o número de sintomas, maior será a intensidade da ansiedade. Convém perceber que um estado de ansiedade elevado pode levar a um bloqueio do funcionamento normal da pessoa e até chegar a um ataque de pânico. Em casos mais intensos de ansiedade, uma pessoa apresenta uma constante tensão, fraqueza, problemas de concentração, sentimento de medo constante, falta de controlo dos pensamentos, irritação, agitação, boca seca, batimento cardíaco acelerado, sudorese, problemas gastrointestinais, respiração ofegante ou falta de ar, tremores, vómitos.

Em caso de ataque de pânico estes sintomas aumentam de intensidade e a pessoa fica ainda com medo de morrer, tonturas e descontrolo emocional, podendo no limite perder os sentidos.

7.3.1. Identificar a sua gravidade

Podem existir diferentes graus de ansiedade:

1. Ligeira
 - Ligeira sensação de medo e mau estar
 - Ligeiro tremor na voz

2. Moderada
 - Dificuldade em falar
 - Suor nas mãos e no resto do corpo
 - Dificuldade em ficar parado/a
3. Grave
 - Sensação intensa de quase morte
 - Muita dificuldade em focar a atenção
 - Os sentidos não funcionam totalmente
 - Ataque de pânico

7.3.2. Estratégias

Em caso de ataque de pânico ou crise intensa de ansiedade é aconselhável orientar o/a estudante de acordo com as seguintes estratégias:

- Permitir que saia da sala de aula
- Procurar um espaço amplo, sem muitas pessoas
- Pode ir colocando algumas questões, com calma e sem pressa, de forma a que o estudante vá pensando noutros assuntos (e.g., então vens de onde? Hoje de manhã acordaste bem, o que comeste? Qual foi a aula anterior a esta? Etc.).

De acordo com o Instituto Nacional de Emergência Médica (S/data) pode tentar o seguinte:

- Levar o/a estudante a pensar em algo diferente do que está a sentir (por exemplo: descreva o que vê, conte uma história...), com o objetivo de se distrair.
- Deve realizar-se o controlo respiratório sentado ou deitado e de forma a que se sinta confortável e descontraído.
- Levar a que a respiração seja a partir do diafragma (“barriga”), pondo uma mão na barriga. Inspirar pelo nariz lenta e profundamente, de modo a que, com o ar que inspira, a barriga fique para fora (observe a barriga a encher como se fosse um balão). Depois, ao expirar, deve deitar o ar fora pela boca, e a barriga deve ir para dentro. Pode ajudar fazendo uma ligeira pressão para dentro com a mão que tem na barriga.
- A expiração deve ser mais lenta do que a inspiração.

- Em caso de alteração do comportamento contactar os serviços de saúde/socorristas do *Campus* do Politécnico de Leiria em que se encontra
- Em casos mais graves contactar o Número Europeu de Emergência (112).

7.3.3. Exemplo de exercício de meditação/relaxamento

Para os estudantes que habitualmente reagem com maior ansiedade é recomendável a prática regular de meditação, exercícios de relaxamento e de atenção plena (*mindfulness*). Deixamos ainda uma técnica de relaxamento que qualquer pessoa pode tentar fazer por si:

1. Sentar num local confortável.
2. Contar até 10 e respirar calmamente.
3. Fechar os olhos.
4. Pensar num local agradável e tranquilo (na praia, em casa, no campo, etc.).
5. Procurar identificar os cheiros e os sons desse local.
6. Pensar num acontecimento agradável.
7. Relaxar os músculos progressivamente: primeiro relaxar as pernas e imaginar a sensação de uma onda que percorre o corpo, começando nos pés e subindo por toda a perna.
8. Esta onda de bem-estar continua a subir pelo tronco e segue para os braços e mãos, devagar.
9. Por fim, chega ao pescoço e à cabeça.
10. Não adormecer! É importante manter uma atitude ativa e curiosa, mas tranquila.
11. Abrir os olhos e identificar o que sente no corpo
12. Contar até 10 novamente
13. Levantar e fazer algo importante para lidar com o problema.

7.4. Perturbação de adaptação

A perturbação de adaptação surge como resposta emocional ou comportamental a determinados estímulos promotores de ansiedade e ou stress. Surge, com alguma frequência, em momentos de mudança na vida da pessoa, como no caso dos estudantes do ensino superior que se veem obrigados a sair da casa mãe e a deixar o local onde habitam.

Estes sintomas só identificam uma perturbação quando se prolongam no tempo, para além de 3 meses. Implica sinais de stress elevado e desproporcionado, para além de isolamento social ou dificuldades acentuadas no contacto social e ou ocupacional. Com frequência, pode surgir associado a outros problemas.

7.4.1. *Estratégias*

A melhor estratégia para estas condições é encaminhar para os serviços próprios, nomeadamente para o SAPE. É aconselhável que fale com o/a estudante, sublinhando que o que ele sente é normal e que, na instituição, existem técnicos que o/a poderão ajudar a ultrapassar esta situação. Se possível, o/a docente pode encorajar o estudante a enviar um email para o SAPE (sape@ipleiria.pt). Mais informações sobre o Apoio Psicológico no Politécnico de Leiria em <https://www.ipleiria.pt/viver-e-estudar/apoio-psicologico/>.

Tabela 9 – Quadro com ligações de interesse na internet (2 colunas e 2 linhas)

Sítios de interesse	
Instituto Nacional de Emergência Médica	https://www.inem.pt/category/servicos/centro-de-apoio-psicologico-e-intervencao-em-crise/
Serviço de Apoio ao Estudante (SAPE)	http://www.sape.ipleiria.pt https://www.ipleiria.pt/viver-e-estudar/apoio-psicologico/
Ordem dos Psicólogos Portugueses	https://encontreumasaida.pt/

7.4.2. Gerir problemas de comportamento

Deixamos agora algumas sugestões gerais sobre como lidar com um estudante com perturbação do comportamento, que poderão ser úteis em diversas situações (Doghonadze, 2012; Estanqueiro, 2010; Royer, 2005).

- Criar um ambiente estruturado, com regras bem definidas e claras, apresentando as possíveis consequências da quebra das regras. O estudante deve exprimir, claramente, a sua concordância com as regras e consequências definidas.
- Sempre que for necessário alterar alguma regra ou incluir uma nova, apresentá-la ao estudante e, eventualmente, negociar a sua aplicação.
- Manter a aplicação justa das regras para todos os estudantes. Envolver este estudante durante a aula em atividades como entregar folhas, recolher material, etc.
- O comportamento do docente pode ser o exemplo que o estudante irá seguir. Se o docente é o primeiro a não seguir uma regra, o estudante tenderá a imitá-lo.
- Basear a comunicação com o estudante, quando lhe der alguma instrução, numa intervenção breve, precisa, sem verbalizações suplementares desnecessárias e seguida de um tempo razoável para que este possa cumprir a instrução.
- Não entrar em discussão com o estudante, evitando a escalada de tensão.
- Quando necessário explicar, em primeiro lugar, rapidamente e de forma precisa, qual o comportamento desadequado.
- Explicar, em segundo lugar, porque é desadequado.
- Em terceiro lugar, dar ao estudante duas opções, apresentando a opção com consequência positiva em primeiro lugar.

- É importante dar ao estudante tempo suficiente para que este tome a sua decisão.
- Por fim, aplicar as consequências da decisão do estudante, de forma decidida, mas não autoritária ou repressiva.
- Incentivar a autonomia do estudante.
- Providenciar mudanças no tipo de atividades, de forma que o estudante possa mudar o foco da sua atenção e, assim, relaxar um pouco.
- Podem ser necessárias algumas conversas a sós com o estudante para delimitar os comportamentos aceitáveis e inaceitáveis.
- Muitas vezes, para acalmar o estudante, basta dar-lhe tempo para desabafar e relaxar e, depois, recomeçar uma conversa mais calma.
- Em função da gravidade da situação, referenciar o sucedido à Coordenação de Curso e Direção da Escola, principalmente se existir violência física ou verbal para com o docente ou colegas. No limite, poderá contactar as autoridades de segurança pública para apoiar a resolução da situação.
- O contacto com a família pode ser muito importante.

Aconselhamos a que tenha em consideração os seguintes procedimentos:

Tabela 10 – Quadro com questões sobre o comportamento do estudante e posterior indicação da atitude a tomar pelo docente (2 colunas e 5 linhas)

Comportamento do estudante	Atitude a tomar pelo docente
É violento, tanto física como psicologicamente, com os seus colegas?	Avisar o estudante que o comportamento é desadequado. Elaborar um registo escrito do acontecimento e enviar para o Coordenador de Curso e Direção da Escola.
Está sempre a desculpar-se sobre a dificuldade em mostrar trabalho?	Relembrar que as regras estão definidas e que devem ser cumpridas. Pode ser compreensivo, mas não abra muitas exceções; caso contrário estará a criar problemas junto dos outros estudantes.
Não respeita o docente?	Evitar confrontos verbais ou físicos. Não levantar a voz nem entrar em discussão com o estudante. Parar a aula, fazer um intervalo e deixar toda a gente respirar

	fundo. Se for um comportamento grave, tomar nota e enviar uma informação escrita para o Coordenador e Direção.
Apresenta um comportamento estranho, com alterações no tom de voz, agitação psicomotora ou outras alterações?	Não tente resolver. Se estiver muito alterado chame a segurança e/ou 112. Caso contrário faça o estudante sair, acompanhado, e informe o Coordenador de Curso e Direção da Escola.
Pede o contacto pessoal do docente ou procura ser especial aos olhos do docente?	Não se esqueça que é docente de todos os estudantes. Não trate nenhum de forma especial, pois assim estará a reforçar o comportamento desadequado e a perder o respeito dos outros.

8. DOENÇA FÍSICA OU OUTRA CONDIÇÃO

Neste manual não nos debruçaremos em especial sobre as questões relacionadas com doença aguda ou crónica. Ainda assim, sempre que um estudante apresenta uma condição desta natureza, devidamente justificada com comprovativo médico, remetemos para o Estatuto de ENEE a informação essencial, que se relaciona com o respeito pelo ajustamento dos momentos de avaliação, dos trabalhos a realizar, etc..

As medidas de apoio devem ser estudadas em função das características da doença, ou seja, deve haver acomodação entre as necessidades do/a estudante e os recursos e medidas disponíveis. Deste modo, seguindo o indicado no Estatuto de ENEE, deverão ter-se em consideração algumas das seguintes medidas:

- possibilidade de gravar as aulas, mediante autorização do docente, com a condição de utilizar as gravações para fins exclusivamente escolares e pessoais e, caso não seja possível, o docente deve fornecer atempadamente os elementos referentes ao conteúdo de cada aula
- recurso a aulas online ou atendimentos via plataformas online que permitam aos estudantes acompanhar o desenrolar das unidades curriculares
- disponibilização de bibliografia e outros documentos de apoio às aulas, sempre que possível num momento prévio à realização d aula
- adaptação das medidas de avaliação às condições físicas e psicológicas do/a estudante, podendo haver repartição da avaliação por mais do que um momento, ou a adaptação dos enunciados às suas características
- poderão ser necessários outros ajustamentos específicos que deverão ser discutidos entre todos os envolvidos

As doenças poderão ser temporárias, embora existam condições que poderão desenvolver-se ao longo do percurso académico e, por esse motivo, poderão ser consideradas permanentes para efeitos de obtenção de estatuto.

PARTE III - ACESSIBILIDADE

As questões relacionadas com a garantia da acessibilidade foram desde sempre uma prioridade do Politécnico de Leiria. Tal como referido anteriormente, a maior parte dos edifícios pedagógicos do Politécnico de Leiria estão adaptados para receber estudantes com necessidades especiais, dispoñdo de ascensores com comandos dotados de informação em Braille, instalações sanitárias adaptadas e lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. As residências de estudantes dos Serviços de Ação Social dispõem de quartos adaptados para pessoas com mobilidade reduzida.

Dadas as circunstâncias do contexto em que vivemos, importa também refletir nas questões específicas da acessibilidade digital. De acordo com o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) “à semelhança da acessibilidade geral, a acessibilidade digital pode ser descrita como a característica de um ambiente, equipamento, produto, objeto ou serviço que lhe confere a possibilidade de assegurar a todos os seus potenciais utilizadores uma igual oportunidade de uso, de forma amigável e com dignidade e segurança.” De facto, tem sido com este intuito, que Serviços Técnicos, Serviços Informáticos e Unidade de Ensino à Distância do Politécnico de Leiria têm desenvolvido as suas funções.

Por fim, procurando ajudar os docentes a tornar os documentos que produzem/partilham com os seus estudantes acessíveis, contámos com a colaboração de Manuela Francisco e Norberto Sousa que sistematizaram um conjunto de diretrizes que deverão ser tidas em consideração na elaboração de páginas da internet, documentos escritos, folhas de cálculo, apresentações e documentos em PDF.

1. PRODUZIR DOCUMENTOS ACESSÍVEIS

Manuela Francisco (UED) e Norberto Sousa (Intérprete de Língua Gestual)

As diretrizes de acessibilidade Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) consideram fundamental (Francisco & Sousa, 2019):

- Fornecer indicações de navegação para localizar conteúdos.
- Criar alternativa em texto para conteúdo não textual.
- Facilitar a audição e visualização através do destaque dos elementos principais.
- Garantir a navegação e interação.
- Assegurar a interoperabilidade entre diferentes tecnologias.

1.1. Elaboração de páginas na internet

- Hipertexto e hiperligações com termos claros e únicos. Não utilize “clique aqui”, nem coloque na mesma página termos com o mesmo nome (“seguinte”, “ok”, “cancelar”...)
- Utilize vários meios para destacar, corrigir ou comentar. Além da cor, utilize parênteses retos [] e pode indicar antes do destaque o motivo do mesmo: (e.g. Comentário; Correção; Atenção;...)
- Utilize tabelas simples. Evite: colunas múltiplas (subdivisão de células), tabelas complexas (tabelas dentro de tabelas) e tabulações (TAB) manuais.
- Anteceda gráficos e tabelas com um sumário (sobre a sua organização e qual a ordem lógica de leitura).
- Utilize as funcionalidades de legendagem e descrição para imagens ou outros elementos gráficos.

1.2. Elaboração de documentos escritos

- Largura da página não deve ter mais de 80 caracteres por linha.
- Alinhamento do texto à esquerda.
- Tipo de letra que seja fácil de ler (ex. Verdana). Evitar estilos de letra estilizadas, condensadas, com serifas pronunciadas, ambíguas (podem gerar confusão quando as letras são combinadas. Ex: il; oa; rn).
- Tamanho de letra Corpo de texto - 11 ou 12;
- Apresentações - 22 ou 24; Títulos e subtítulos – tamanho igual ou superior ao corpo de texto.
- Espaçamento: Entre linhas - 1,5; Entre parágrafos – mínimo 1,5 vezes maior do que o espaçamento entre linhas.
- Estilos “cabeçalho” para organizar a estrutura do conteúdo (títulos, subtítulos).
- Quebra de página ou secção para iniciar numa nova página.
- Hifenização deve ser evitada.
- Índice é essencial e deve estar na primeira página ou após a capa.
- Fundo simples. Não utilize marcas d’água ou imagens de fundo.
- Contraste entre cores do texto e fundo: relação mínima 4.5:1; ideal 7:1. Para analisar o nível de contraste:
 - Obter o código da cor que está a utilizar (ex. ferramenta para instalar no computador Color Cop) - <http://colorcop.net/download> (descarregue a aplicação para o seu computador);
 - Converter cor RGB em Hexadecimal e vice-versa (ferramenta online dunplab)
 - Analisar a relação de contraste: Contrast checker - <http://www.colorsontheweb.com/colorcontrast.asp>

1.3. Especificações para folhas de cálculo

- Faça uma descrição Geral da organização, indicando a direção do fluxo do texto, (se é de cima para baixo ou da esquerda para a direita).
- Identifique cabeçalhos de linha e coluna.
- Todos os elementos de leitura visual devem estar identificados e ter um equivalente textual (descrição).
- Se recorre à cor para mostrar informação em gráficos, deve garantir o máximo contraste. Pode testar com o Magnifier do Windows ou outra ferramenta equivalente que tenha a função de inversão de cores.
- Identifique cada folha com um nome significativo e representativo da informação.

1.4. Especificações para apresentações

- Tamanho de letra - 22 ou 24 para corpo de texto; Títulos e subtítulos – tamanho igual ou superior ao corpo de texto.
- Não utilize imagens de fundo. Utilize fundo liso e sem colunas.
- Utilize modelos de apresentação padrão e simples.
- Atribua títulos claros e descritivos a todos os slides.
- Evite formas com caixas de texto embutidas.
- Utilize o campo NOTAS para fornecer descrições mais pormenorizadas, ex. de imagens, gráficos, vídeos ou até sobre o conteúdo do diapositivo.
- Pode utilizar animações nos títulos.

- Devem ser evitadas nas transições automáticas e animações entre slides ou no seu interior.

1.5. Especificações para documentos em PDF (Portable Document Format)

- PDF que resultam de digitalização não são acessíveis.
- Quando cria PDF a partir de documento Office, certifique-se de que as tabelas, parágrafos e frases não ficam divididas por quebras de página.
- Para criar PDF nas aplicações Office, utilize a funcionalidade “Guardar como”, escolha formato PDF, selecione o botão “Opções” e ative as opções disponíveis em “Incluir informações não imprimíveis”

CONTACTOS DE ALGUNS SERVIÇOS

100%IN®

Rua General Norton de Matos,
Apartado 4133
2411-901 Leiria – Portugal
100IN@IPLEIRIA.PT
Tel.: 969 231 866

SERVIÇO DE APOIO AO ESTUDANTE (SAPE)

ESTG - Edifício B - Campus 2
Morro do Lena – Alto do Vieiro -Apartado 4163
Leiria – PORTUGAL
Tel.: 244 820 300 - sape@ipleiria.pt

CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO DIGITAL (CRID)

Centro de Recursos para a Inclusão Digital
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Rua Dr. João Soares - Apartado 4045
2411-901 Leiria - Portugal
244 829 488
Crid.esecs@ipleiria.pt
www.crid.esecs.ipleiria.pt

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL (SAS)

Edifício Sede do IPLeiria (Leiria)
Rua General Norton de Matos, Apartado 2829,
2401-901 Leiria
Tel.:244.830.640 - sas@ipleiria.pt
<http://www.ipleiria.pt/sas/Paginas/homepagedestaques.aspx>

BIBLIOGRAFIA

- Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (AENEEI) (2018). Evidências da relação entre educação inclusiva e inclusão social: Relatório Síntese Final. (S. Symeonidou, ed.). Odense, Dinamarca.
- Associação Americana de Psiquiatria (APA)(2013). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (5 ed.). Arlington, VA.: American Psychiatric Publishing.
- Associação Internacional de Dislexia (AID) (2007) Definição de Dislexia. Retirado de <http://www.interdys.org/FAQ.htm>. Consultado em 06-11-2013.
- Attwood, T. (1998). Asperger's syndrome: a guide for parents and professionals. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Barthélémy, C., Fuentes, J., Howlin, P., & van der Gaag, R. (2019) People with autism spectrum disorder (3ª edição). Bruxelas: Autism-Europe.
- Correia, L. M. (2003). Inclusão e necessidades educativas especiais. Um guia para educadores e professores. Porto: Porto Editora.
- Correia, L.M. (2007). Para uma definição portuguesa de dificuldades de aprendizagem específicas. Revista Brasileira de Educação Especial 13(2).<https://doi.org/10.1590/S1413-65382007000200002>.
- “Delusion/Delusional”; “Hallucinations”. (2001) The Gale encyclopedia of psychology (2nd edition). Bonnie R. Strickland (Ed.). Farmington Hills, MI: Gale Group.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2020) Inquérito às Necessidades Especiais de Educação nos Estabelecimentos de Ensino Superior em 2019/2020, disponível em http://estatisticas-educacao.dgeec.mec.pt/dsee/AL20192020/download.asp?file=DGEEC_DSEE_DEES_2020_NEE_Superior_2019_2020.pdf.
- Doghonadze, N. (2012) Lack of Discipline at University – Is it a Reality for Georgia? Journal of Education, 1(2):33-42.
- Estanqueiro, A. (2010) Boas práticas na educação – o papel dos professores. Lisboa: Editorial Presença.
- European Agency for Development in Special Needs Education (EADSNE) (2011) Princípios-chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva – Recomendações para a prática. Odense, Denmark: European Agency for Development in Special Needs Education.
- European Agency for Development in Special Needs Education (EADSNE) (2012). Special Needs Education Country Data 2012. Odense, Denmark.
- European Agency for Special Needs and Inclusive Education (EASNIE) (2017) Inclusive education for learners with disabilities. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses>. Consulta em 15 julho 2020.
- Filipe, L., Seco, G., Pereira, A. P. & Alves, S. (2012). A Intervenção Psicológica em Contexto de Ensino Superior. Comunicação apresentada no I Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses. Centro Cultural de Belém. 19, 20 e 21 de abril de 2012.

Francisco, M. & Neves, J. (2010). Ver com os ouvidos e ouvir com os olhos - Considerações para uma comunicação inclusiva: a descrição de imagem e som em contextos educativos online. In Machado, G. (org). Educação e ciberespaço: estudos, propostas e desafios. Brasil, Aracaju: Virtus: 164-181.

Francisco, M. & Sousa, N. (2019). Guia para produção de conteúdos digitais acessíveis. Politécnico de Leiria, Projeto EU4ALL .

Freire, S. (2008). Um olhar sobre a inclusão. Revista da Educação. vol. XVI, n.º 1.

Garcia, A. (2013). Estratégias de intervenção educativa junto de alunos com hiperatividade e problemas de atenção. Tese de Mestrado: Escola Superior de Educação Almeida Garrett.

Garcia, J. (2017) Estudos sobre a Deficiência no Ensino Superior: Contributos para uma revisão sistemática da literatura. Desenvolvimento e Sociedade. 2, 91-114 Gonçalves, I. (Coord). (2011). Programa de Monitorização e Tutorado: oito anos a promover a integração e o sucesso académico no IST. Lisboa: IST Press.

Heiman, T. & Prechel, K. (2003). Students with Learning Disabilities in Higher Education: Academic Strategies Profile. Journal of Learning Disabilities; 36: 3, 248–258.

INEM (S/data) Ansiedade e pânico. Lisboa: Instituto Nacional de Emergência Médica. Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise. Disponível em <https://www.inem.pt/wp-content/uploads/2017/06/01-Ansiedade-e-P%C3%A2nico.pdf>.

INR (s/data). Acessibilidade Digital. Disponível em <https://www.inr.pt/acessibilidade-digital>.

Jamieson, C. & Morgan, E. (2008). Managing Dyslexia at University. Oxon, Routledge.

Lapalu, Y. (2006). Léo, o Puto Surdo. Lisboa: Surd'Universo.

Mangas, C., Freire, C., Francisco, M. (2015) Inclusão e Acessibilidade em Ação: Diferentes percursos, um rumo. Leiria: Centro de Investigação Inclusão e Acessibilidade em Ação. Disponível em <https://iact.ipleiria.pt/files/ebook/index.html#a1>.

Marcelino, L. (s/data) Uma reflexão crítica sobre a discalculia. APPDAE. Artigo disponível em: http://www.appdae.net/documentos/informativos_2018/APPDAE_Uma%20reflex%C3%A3o%20cr%C3%ADtica%20sobre%20a%20Discalculia_L%C3%ADia%20Marcelino.pdf.

Molla, C. (2005). Docència universitària i necessitats especials. Fundació Autònoma Solidària. Programa per la Integració dels Universitaris amb Necessitats Especials. Campus UAB: Cerdanyola del Vallès.

Mortimore, T. & Crozier, R. (2006). Dyslexia and difficulties with study skills in higher education. Studies in Higher Education. 31:2. 235-251

Moura, O., Pereira, M., Simões, M. (2018). Dislexia: Teoria, Avaliação e Intervenção. Lisboa: Pactor.

Moura, O., Pereira, M., Simões, M. (2020). Perturbação de Hiperatividade | Défice de Atenção. Diagnóstico, intervenção e desenvolvimento ao longo da vida. Lisboa: Pactor.

Neves, J. (2007). Vozes que se Vêem – Guia de Legendagem para Surdos. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria & Universidade de Aveiro. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.8/411>].

Patrício, M. (Coord.) (2007). Como lidar com a diferença em contexto escolar. Gabinete de Apoio Técnico Pedagógico. Administração da Universidade de Coimbra.

Paul, P. V., Trezek, B. & Wang, Y. (2009). Reading and Deafness. Theory, Research and Practice. New York: Delmar Cengage Learning.

Pereira, A. P., Seco, G., Alves, S. & Filipe, L. (2010). A consulta de apoio psicológico no Serviço de Apoio ao Estudante do Instituto Politécnico de Leiria. In Educação para a saúde, cidadania e desenvolvimento sustentado. Covilhã: Universidade da Beira Interior. p. 1033-1042.

Pereira, F. (Coord.) (2008). Alunos Cegos e com Baixa Visão. Orientações Curriculares. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular/Direção de Serviços da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo.

Pires, L., Pinheiro, A. e Oliveira, V. (2014). Inquérito nacional sobre os apoios concedidos aos estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior . Comunicação apresentada in Seminário Inclusão no Ensino Superior – 10 anos do Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior.

Pires, L., Seco, G., Martins, G. (2015) Apoio a estudantes com necessidades especiais no Ensino Superior: a experiência de 10 anos do GTAEDS. In Livro de Atas da III Conferência Internacional para a Inclusão – INCLUDiT, Carla Freire, Catarina Mangas & Célia Sousa (Eds). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria (pp. 58 – 68). Disponível online em <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1716/3/Artigo%20GTAEDS%20Includit.pdf>.

Reid, G. (2011). Dyslexia. Londres: Continuum Books.

Rello, L., Baeza-Yates, R. (2013) Good Fonts for Dyslexia. Proceedings of the 15th International ACM SIGACCESS Conference on Computers and Accessibility. p.p. 14:1-14:8. <https://10.1145/2513383.2513447>.

Royer, E. (2005) Comment enseigner à des élèves ayant des troubles du comportement?. Disponível em <http://www.ecolecomportement.com/trucs1.html>.

Sarmento, M. (2015). A “Mental Health Profile” Of Higher Education Students. Procedia - Social and Behavioral Sciences. 191 (pp. 12 – 20).

Simão, A. M. & Flores, M. A. (2008). Experiências de tutoria: problemas e desafios. Retirado de <http://www.eduonline.ua.es/jornadas2008/comunicaciones/2D2.pdf>. Consultado em 06-11-2013

Sousa, C. (2009). CRID -Centro de Recursos para a Inclusão Digital In Actas I International Congress on Family, School and Society - "Special Education: From Theory to Practice" (EDUCARE): Porto. Edições Universidade Fernando Pessoa.

UMIC (S/data), Recursos de Acessibilidade Web. Retirado de <http://www.unic.pt>. Consultado em 06-11-2013

UNESCO (2009) Policy Guidelines on Inclusion in Education. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

W3C World Wide Web Consortium Recommendation, Web Content Accessibility Guidelines 2.0. Working Draft 11 December 2008 reformatted on 03 March 2009. In <http://www.w3.org/TR/2009/REC-WCAG20-20090303>.

WebAim (S/data). WebAim - Web accessibility in mind. Retirado de <http://webaim.org/resources/>.